



RECEITA FEDERAL

ANALISTA TRIBUTÁRIO

VOLUME I

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Língua Inglesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático e Estatística
- ▶ Contabilidade Geral
- ▶ Administração Geral e Pública
- ▶ Fluência em dados
- ▶ Direito Tributário

VOLUME II

- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Direito Previdenciário
- ▶ Legislação Tributária
- ▶ Legislação Aduaneira

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da Informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



RECEITA FEDERAL

Analista Tributário

CÓD: SL-028MA-26
7908433298861

VOLUME I

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna	11
2. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	20
3. Emprego de tempos e modos dos verbos em português; mecanismos de flexão dos nomes e verbos	21
4. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	23
5. Processos de formação de palavras	31
6. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação	34
7. Concordância nominal e verbal	38
8. Transitividade e regência de nomes e verbos	42
9. Padrões gerais de colocação pronominal no português	44
10. Mecanismos de coesão textual	45
11. Ortografia	46
12. Acentuação gráfica	51
13. Emprego do sinal indicativo de crase	56
14. Pontuação	57
15. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo	59
16. Variação linguística	60
17. Norma culta	62

Língua Inglesa

1. Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa	67
2. Compreensão e interpretação de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais	67
3. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos	69
4. Palavras e expressões equivalentes; Elementos de referência	70

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados. formação de conceitos, discriminação de elementos	79
2. Conjuntos e suas operações, diagramas	94
3. Números inteiros, racionais e reais e suas operações	97
4. Porcentagem e juros	106
5. Proporcionalidade direta e inversa	109
6. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo	111
7. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal	114
8. Raciocínio matemático	118

ÍNDICE

9. Raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal	123
10. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.....	126
11. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	131
12. Problemas de contagem e noções de probabilidade	134
13. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área	140
14. Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.....	148
15. Problemas de lógica e raciocínio.....	149
16. Estatística descritiva. Média, moda, mediana e desvio padrão	151
17. Probabilidade.....	156
18. Distribuições de probabilidade	158
19. Inferência: estimação pontual e intervalar e testes de hipóteses.....	165
20. Predição: abordagens; séries temporais; regressão linear simples e múltipla	169
21. Regressão logística.....	181

Contabilidade Geral

1. Contabilidade; Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil	189
2. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)	192
3. Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura	194
4. Atos e fatos administrativos.....	195
5. Livros contábeis obrigatórios e documentação contábil.....	197
6. Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas.....	199
7. Apuração dos resultados.....	201
8. Regimes de apuração; Caixa e competência.....	202
9. Escrituração contábil.....	203
10. Lançamentos contábeis	204
11. Contas patrimoniais, resultado	204
12. Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos	210
13. Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido	211
14. Demonstrações contábeis. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado	216
15. Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações..	219
16. Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/07 e suas alterações e Lei Federal nº 11.941/09 e suas alterações.....	225
17. Estoques.....	245
18. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação	249
19. Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas.....	251

Administração Geral e Pública

1. Teoria da administração e das organizações.....	257
2. O processo administrativo. Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle	264
3. Papéis e habilidades do administrador	273
4. Planejamento estratégico: conceitos, princípios, etapas, níveis, métodos e ferramentas. Planejamento tático. Planejamento operacional	277
5. Administração por objetivos	280
6. Organização: princípios de organização; estrutura organizacional; departamentalização; centralização e descentralização	281
7. Processo decisório: tipos de decisões; decisão racional; heurísticas; ferramentas de apoio à decisão	282
8. Comportamento organizacional: cultura organizacional; motivação; liderança; comunicação; equipes de trabalho.....	284
9. Controle: tipos de controle; sistemas de controle	286
10. Balanced scorecard	287
11. Gestão de pessoas: evolução; conceitos básicos; abordagem estratégica; indicadores de gestão de pessoas.....	288
12. Recrutamento e seleção de pessoas: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; recrutamento interno e externo; técnicas de recrutamento e seleção.....	291
13. Análise e descrição de cargos	295
14. Treinamento e desenvolvimento: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; métodos; avaliação de programas de treinamento e desenvolvimento.....	296
15. Gestão do desempenho: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; métodos.....	298
16. Gestão por competências	300
17. Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial: principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade; ferramentas de gestão da qualidade.....	300
18. Gestão de projetos: modelos, etapas, elaboração, técnicas de análise e avaliação de projetos	302
19. Gestão de processos. Conceitos da abordagem por processos. Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. Noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos. BPM.....	306
20. Administração Financeira. Indicadores de Desempenho. Tipo. Variáveis. Princípios gerais de alavancagem operacional e financeira. Planejamento financeiro de curto e longo prazo. Conceitos básicos de análise de balanços e demonstrações financeiras.....	308
21. As reformas administrativas e a redefinição do papel do Estado; reforma do serviço civil (mérito, flexibilidade e responsabilização) e reforma do aparelho do Estado.....	314
22. Administração Pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático; o Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado do bem-estar, o Estado regulador	328
23. Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.....	334
24. Governo eletrônico	336
25. Transparência da administração pública.....	337
26. Controle social e cidadania	338
27. Accountability	340
28. Gestão por resultados na produção de serviços públicos.....	343
29. Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais	344
30. Administração de pessoal	347
31. Administração de compras e materiais: processos de compras governamentais e gerenciamento de materiais e estoques.....	349
32. Sustentabilidade das contratações	354

ÍNDICE

33. Mudanças institucionais: conselhos, organizações sociais, organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), agência reguladora, agência executiva, consórcios públicos	355
34. Conceitos básicos de planejamento. Aspectos administrativos, técnicos, econômicos e financeiros. Formulação de programas e projetos. Avaliação de programas e projetos. Tipos de avaliação. Análise custo benefício e análise custo-efetividade. Planejamento e avaliação nas políticas públicas.....	361
35. Governança Pública. Conceitos fundamentais. Princípios, diretrizes e níveis de análise. Sistema de governança. Práticas de governança	364
36. Gestão de Riscos: princípios, objetos, técnicas, modelos nacionais e internacionais, integração ao planejamento. Processo de Gestão de Riscos: comunicação, consulta, contextualização, identificação, análise, tratamento, monitoramento e retroalimentação. Boas práticas de gestão de Riscos	365
37. Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação de políticas, implementação de políticas, financiamento de políticas públicas, indicadores de desempenho de políticas públicas	367
38. As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo; descentralização e democracia; participação, atores sociais e controle social; gestão local, cidadania e equidade social.....	373
39. Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação).	375
40. Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência)	382

Fluência em dados

1. Conceitos, atributos, métricas, transformação de Dados. Análise de dados. Agrupamentos. Tendências. Projeções	389
2. Conceitos de Analytics	390
3. Aprendizado de Máquina. Inteligência Artificial. Processamento de Linguagem Natural	390
4. Governança de Dados: conceito, tipos (centralizada, compartilhada e colegiada)	393
5. Big Data. Big Data em relação a outras disciplinas. Ciência dos dados. Ciclo de vida do processo de ciência de dados. Papeis dos envolvidos em projetos de Ciência de dados e Big Data. Arquitetura de Big Data. Modelos de entrega e distribuição de serviços de Big Data. Plataformas de computação em nuvem para Big Data. Soluções para Big Data.	394
6. Computação em nuvens	397
7. Linguagens de programação para ciência de dados: linguagem Python e R	400
8. Ciência de dados: Importância da informação. Bancos de dados não relacionais: bancos de dados NoSQL; Modelos Nosql. Principais SGBD's	407

Direito Tributário

1. Competência Tributária; Imunidades; Capacidade Tributária.....	423
2. Limitações Constitucionais do Poder de Tributar.....	425
3. Princípios Constitucionais Tributários; Conceito e Classificação dos Tributos; Tributos de Competência da União; Tributos de Competência dos Estados; Tributos de Competência dos Municípios.....	426
4. Legislação Tributária	452
5. Fontes do Direito Tributário.....	453
6. Vigência da Legislação Tributária; Aplicação da Legislação Tributária; Interpretação e Integração da Legislação Tributária.....	455
7. Obrigação Tributária Principal e Acessória; Sujeição Ativa e Passiva; Domicílio Tributário; Responsabilidade Tributária; Conceito;; Responsabilidade dos Sucessores; Responsabilidade por Infrações; Responsabilidade de Terceiros	457
8. Fato Gerador da Obrigação Tributária; Constituição do Crédito Tributário; Extinção do Crédito Tributário; Modalidades; Crédito Tributário; Conceito; Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário; Modalidades; Exclusão do Crédito Tributário; Modalidades; Garantias e Privilégios do Crédito Tributário	461

9. Solidariedade	468
10. Lançamento. Modalidades de Lançamento; Hipóteses de alteração do lançamento	468
11. Pagamento Indevido	470
12. Administração Tributária; Dívida Ativa; Certidões Negativas; Fiscalização	470
13. Sigilo Fiscal	472
14. Processo Administrativo Fiscal (Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972)	477

VOLUME II

Direito Constitucional

1. Teoria Geral do Estado	9
2. Os poderes do Estado e as respectivas funções.....	12
3. Teoria geral da Constituição: Conceito; Origens; Conteúdo; Estrutura; Classificação; Tipos de Constituição; Poder constituinte.....	16
4. Supremacia da Constituição.....	23
5. Os princípios constitucionais; Dos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil	24
6. Constituição: Interpretação e controle de constitucionalidade; Normas constitucionais e inconstitucionais; Competência dos tribunais; Efeitos da decisão no controle de constitucionalidade.....	25
7. Emenda, reforma e revisão constitucional	32
8. Hierarquia das normas jurídicas	33
9. Dos direitos e garantias fundamentais.....	34
10. Da organização do Estado político-administrativo: Da Administração Pública; Dos servidores públicos civis.....	44
11. A organização dos Poderes: O Poder Legislativo; A fiscalização contábil, financeira e orçamentária; O Controle Externo e os Sistemas de Controle Interno; Tribunal de Contas da União	50
12. O Poder Executivo: O Presidente e o Vice-Presidente da República; As atribuições do Presidente da República; A responsabilidade do Presidente da República; Os Ministros de Estado	56
13. O Poder Judiciário: Disposições Gerais; O Supremo Tribunal Federal; O Superior Tribunal de Justiça	59
14. O Ministério Público	73
15. A defesa do Estado e das instituições democráticas.....	77
16. Da tributação e do orçamento: Sistema Tributário Nacional; Das finanças públicas; Do orçamento	80
17. Da ordem social	105
18. Das disposições gerais	120
19. Das disposições constitucionais transitórias.....	122

Direito Administrativo

1. Administração pública: princípios básicos	155
2. Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder	159
3. Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação	166
4. Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista; Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação	179

ÍNDICE

5. Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005)	185
6. Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos.....	188
7. Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar	191
8. Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).....	217
9. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo	223
10. Responsabilidade extracontratual do Estado.....	227
11. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992)	230
12. Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14.133/2021)	240
13. Serviços públicos: Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade; Delegação de serviço público: autorização, permissão e concessão	284
14. Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, utilização por terceiros: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso e cessão de uso	296
15. Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, tombamento, requisição administrativa, ocupação temporária, limitação administrativa	298
16. Terceiro Setor: Entes paraestatais.....	301
17. Lei Geral de Proteção a Dados (Lei nº 13.709/2018)	303

Direito Previdenciário

1. Aspectos teóricos e conceituais da Seguridade Social e Previdência Social	323
2. Seguridade Social: Origem e evolução legislativa no Brasil; Conceituação; Organização e princípios constitucionais.....	323
3. Legislação previdenciária: Conteúdo, fontes, autonomia; Aplicação das normas previdenciárias; Vigência, hierarquia, interpretação e integração; Orientação dos tribunais superiores	329
4. Regime Geral de Previdência Social: Princípios e objetivos; O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS); . Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, em seu enfoque jurídico, atualizada até a data do edital (Lei do custeio); Segurados obrigatórios; Filiação e inscrição; Conceito, características e abrangência de: empregado, empregado doméstico, empresário, contribuinte individual, equiparado ao contribuinte individual, microempreendedor individual (MEI), trabalhador avulso e segurado especial e Segurado facultativo; Conceito, características, filiação e inscrição de: Dependentes.....	338
5. Trabalhadores excluídos do Regime Geral	356
6. Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário	362
7. Financiamento da seguridade social: Receitas da União; Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, de concursos de prognósticos e de outras fontes; Salário de contribuição; Conceito; Parcelas integrantes e parcelas não integrantes; Limites mínimo e máximo; Salário-base: enquadramento, fracionamento, progressão e regressão; Proporcionalidade; Reajustamento; Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social; Obrigações da empresa e demais contribuintes; Prazo de recolhimento.....	368
8. Responsabilidade solidária: conceito, natureza jurídica e características: Aplicação na construção civil, na cessão de mão de obra e em grupo econômico	375
9. Isenções e parcelamentos de contribuições: requisitos, manutenção e perda	382
10. Crimes contra a seguridade social	387
11. Infrações à legislação previdenciária	393

Legislação Tributária

1. Imposto sobre a Importação: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	405
2. Imposto sobre a Exportação: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	410
3. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Competência e sujeito ativo; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	416
4. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Critérios orientadores; Renda e Proventos. Conceito; Disponibilidade Econômica ou jurídica; Acréscimo patrimonial; Tributação das pessoas físicas; Fato Gerador; Contribuintes; Responsáveis; Base de cálculo; Deduções; Tributação exclusiva; Sistema de bases correntes; Recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão); Tributação Definitiva; Ajuste Anual; Tributação das pessoas jurídicas; Fato gerador; Contribuintes; Responsáveis; Base de cálculo; Despesas dedutíveis e indedutíveis; Lucro real; Lucro presumido; Lucro arbitrado; Lucros, rendimentos e ganhos de capital obtidos no exterior; Preço de transferência; Investimentos em sociedades coligadas e controladas avaliados pelo método do patrimônio líquido; Reorganizações societárias; Tributação na fonte; Regime de caixa e regime de competência; Apuração.....	422
5. Imposto sobre Produtos Industrializados: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo.....	429
6. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	435
7. Contribuições Sociais: Princípios e regras constitucionais aplicáveis às contribuições sociais; Contribuição para o PIS/Pasep e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Princípios e regras constitucionais aplicáveis às contribuições; Regime de apuração cumulativa; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração; Regime de apuração não cumulativa; Fato gerador; Contribuinte; Créditos; Base de cálculo; Apuração.....	444
8. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	450
9. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide-Combustíveis (Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001); Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	456
10. Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação (Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000); Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	459

Legislação Aduaneira

1. Jurisdição Aduaneira: Território Aduaneiro; Portos, Aeroportos e Pontos de Fronteira Alfandegados; Alfandegamento; Recintos Alfandegados; Administração Aduaneira.....	471
2. Controle Aduaneiro de Veículos.....	474
3. Impostos, Taxas e Contribuições na Importação e na Exportação: Imposto de Importação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Cálculo; Contribuintes e Responsáveis; Pagamento e Depósito; Restituição e Compensação; Isenções e Reduções; Imunidade de livros, jornais e periódicos e do papel destinado à sua impressão; Imposto de Exportação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Cálculo; Contribuintes; Pagamento; Isenções; Incentivos Fiscais na Exportação; Imposto sobre Produtos Industrializados vinculados à Importação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Cálculo; Contribuinte; Prazo de Recolhimento; Isenções; Imunidades de Livros, Jornais e Periódicos e do Papel Destinado à sua Impressão; Suspensão do Pagamento; Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Contribuintes e Responsáveis Solidários; Isenções; Pagamento; Suspensão do Pagamento; Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na Importação de Cigarros; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis (CIDE-Combustíveis); Incidência; Fato Gerador; Contribuinte e Responsável Solidário; Base de Cálculo; Alíquota; Pagamento; Isenções; Taxa de Utilização do Siscomex.....	480

ÍNDICE

4.	Regimes Aduaneiros Especiais e Aplicados em Áreas Especiais: Trânsito Aduaneiro; Admissão Temporária; Admissão Temporária para Aperfeiçoamento Ativo; Drawback; Entreposto Aduaneiro; Regime de Entreposto Aduaneiro sob Controle Aduaneiro Informatizado – Recof; Regime Aduaneiro Especial de Importação de Insumos Destinados a Industrialização por Encomenda de Produtos Classificados nas Posições 8701 a 8705 da NCM – Recom; Exportação Temporária; Exportação Temporária para Aperfeiçoamento Passivo; Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra das Jazidas de Petróleo e Gás Natural – Repetro; Regime Aduaneiro Especial de Importação de Petróleo Bruto e seus Derivados – Repex; Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Reporto; Loja Franca; Depósito Especial; Depósito Afiançado; Depósito Alfandegado Certificado; Regimes Aduaneiros Aplicados em Áreas Especiais; Zona Franca de Manaus; Áreas de Livre Comércio; Zonas de Processamento de Exportação (ZPE)	492
5.	Controle Aduaneiro de Mercadorias: Despacho Aduaneiro; Despacho de Importação; Despacho de Exportação; Casos Especiais; Revisão Aduaneira; Normas Especiais; Mercadorias provenientes de naufrágio e outros acidentes; Abandono de Mercadoria ou de Veículo; Avaria, Extravio e Acréscimo; Mercadorias presumidas idênticas; Tráfego Postal; Tráfego de Cabotagem.....	507
6.	Infrações e Penalidades Aduaneiras: Pena de perdimento; Multas; Sanções Administrativas; Relevação de penalidades; Representação Fiscal para Fins Penais; Infrações praticadas pelos Órgãos da Administração Pública	512
7.	Crédito Tributário, Processo Fiscal e Controle Administrativo Específico da Área Aduaneira: Crédito Tributário; Lançamento de ofício; Acréscimos Legais; Decadência e Prescrição; Termo de Responsabilidade; Processo Fiscal; Processo de determinação e exigência de crédito tributário; Processo de perdimento; Processo de aplicação de penalidade pelo transporte rodoviário de mercadoria sujeita a pena de perdimento; Processo de aplicação de sanções administrativas aos intervenientes nas operações de comércio exterior; Processos de aplicação e de exigências dos direitos antidumping e compensatórios; Processos de consulta; Controle Administrativo Específico; Destinação de mercadorias; Controle de processos e de declarações; Atividades relacionadas aos serviços aduaneiros; Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF)	529

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO); INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

A compreensão interpretativa é uma etapa avançada da leitura, na qual o leitor não se limita a decodificar palavras ou identificar informações explícitas no texto, mas também busca interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre afirmações factuais e opiniões. Essa capacidade de interpretar um texto em níveis mais profundos é essencial para o desenvolvimento de uma leitura crítica e para a formação de leitores autônomos e reflexivos.

A interpretação vai além do óbvio, exigindo que o leitor se envolva com o texto, compreendendo as entrelinhas, reconhecendo os pontos de vista do autor e sendo capaz de avaliar a validade das informações apresentadas.

► Propósito do Autor

Um dos aspectos centrais da compreensão interpretativa é a identificação do propósito do autor. Para compreender o texto em profundidade, é essencial que o leitor seja capaz de reconhecer por que o autor o escreveu e qual é sua intenção principal. O propósito de um texto pode variar consideravelmente: o autor pode querer informar, persuadir, entreter, explicar, criticar, ou até mesmo provocar reflexões e debates sobre temas complexos. Identificar esse propósito é importante porque ele orienta a maneira como o leitor interpreta o conteúdo e reage às informações apresentadas.

Quando o propósito do autor é informar, ele busca transmitir conhecimentos ou dados de maneira objetiva, sem, em princípio, tentar influenciar a opinião do leitor. Textos jornalísticos, científicos e relatórios são exemplos típicos desse tipo de intenção. Já em textos cujo objetivo é persuadir, o autor tenta convencer o leitor a adotar uma determinada postura ou ideia, utilizando argumentos, retórica e técnicas de persuasão. É o caso, por exemplo, de artigos de opinião, editoriais e propagandas. Quando o texto busca entreter, a intenção do autor é envolver o leitor por meio de histórias, emoções ou humor, como ocorre na literatura de ficção, no teatro e nas narrativas humorísticas.

Reconhecer o propósito do autor é fundamental porque, ao fazer isso, o leitor pode ajustar sua interpretação para captar melhor as intenções por trás do discurso. Isso o ajuda a compreender as escolhas linguísticas, o tom e a organização do texto. Por exemplo, em um artigo persuasivo, o autor pode selecionar dados e argumentos que favoreçam seu ponto de vista, enquanto, em um texto informativo, ele deve se ater a uma apresentação

mais equilibrada dos fatos. Assim, a clareza quanto ao propósito do autor aprimora a leitura crítica e permite que o leitor avalie o texto com maior precisão.

► Informações Implícitas

Outro aspecto essencial da compreensão interpretativa é a habilidade de identificar informações implícitas no texto. Informações implícitas são aquelas que não estão declaradas de forma explícita, mas que podem ser inferidas pelo leitor com base no contexto, na estrutura textual e nos indícios linguísticos. Para interpretar corretamente essas informações, o leitor precisa “ler nas entrelinhas”, isto é, captar significados que vão além das palavras ditas ou escritas.

Muitas vezes, os autores não expõem todas as informações diretamente, deixando que o leitor faça deduções a partir do que foi apresentado. Esse tipo de comunicação é comum em textos literários, mas também pode ocorrer em textos argumentativos, jornalísticos e outros gêneros.

Por exemplo, em uma narrativa literária, um autor pode descrever a expressão de um personagem ou a ambientação de uma cena sem revelar diretamente seus sentimentos ou intenções, deixando que o leitor faça a inferência sobre o estado emocional ou as motivações do personagem. Em textos de opinião, o autor pode sugerir, de forma indireta, sua visão sobre um assunto sem afirmá-la de modo explícito, utilizando uma escolha de palavras ou uma estrutura argumentativa que conduza o leitor a uma conclusão.

Identificar essas informações implícitas requer que o leitor esteja atento aos detalhes e que compreenda as nuances do texto. Para isso, é necessário considerar o contexto da comunicação, o estilo do autor e os elementos subjacentes à mensagem principal. Essa habilidade é essencial para a compreensão crítica, uma vez que muitos autores utilizam a implicitude como uma estratégia retórica para influenciar o leitor ou apresentar uma informação de forma sutil.

Por exemplo, em um texto jornalístico que descreve um político como “seguro de si”, a escolha de palavras pode sugerir uma avaliação positiva de sua postura, mesmo que essa interpretação não esteja explicitamente afirmada. O leitor deve, portanto, inferir o posicionamento do autor em relação ao político com base no uso desse tipo de adjetivo.

► Distinção entre Fato e Opinião

Uma das habilidades mais importantes para o desenvolvimento de uma leitura crítica é a capacidade de distinguir entre fato e opinião. Essa distinção é crucial para avaliar a confiabilidade e a objetividade de um texto, além de ser fundamental para a análise de argumentos e a formação de um julgamento próprio sobre o tema abordado.

▪ **Fatos:** são afirmações que podem ser verificadas e comprovadas por meio de evidências ou dados concretos. Eles descrevem a realidade de maneira objetiva, sem a interferência das crenças ou sentimentos do autor. Um exemplo de fato seria: “O Brasil é o maior país da América do Sul.” Esse tipo de afirmação pode ser checado por meio de dados geográficos e não depende de interpretações pessoais.

▪ **Opiniões:** por outro lado, expressam julgamentos, crenças, sentimentos ou interpretações subjetivas do autor. São afirmações que não podem ser comprovadas de maneira objetiva, pois refletem um ponto de vista pessoal. Um exemplo de opinião seria: “O Brasil é o melhor país da América do Sul.” Essa afirmação reflete uma avaliação subjetiva, que pode variar de pessoa para pessoa.

A distinção entre fato e opinião é especialmente importante em textos argumentativos e jornalísticos, onde o autor pode misturar informações factuais com juízos de valor. Muitas vezes, as opiniões são apresentadas de maneira implícita, e cabe ao leitor reconhecer essa subjetividade. É essencial que o leitor desenvolva uma leitura crítica, capaz de identificar quando o autor está se baseando em dados verificáveis e quando está expressando uma interpretação pessoal ou tentando influenciar o leitor por meio de opiniões.

Essa distinção também é importante para a avaliação da imparcialidade de um texto. Um artigo que mistura fatos e opiniões sem distingui-los claramente pode levar o leitor a acreditar que uma opinião é um fato, o que pode comprometer a interpretação correta do texto. Saber separar os dois é uma habilidade fundamental para uma leitura madura e crítica, pois permite ao leitor questionar as afirmações e formar seu próprio julgamento a partir de evidências concretas.

A compreensão interpretativa é um componente essencial da leitura crítica e avançada. Ela exige do leitor não apenas a capacidade de identificar as informações explícitas, mas também de interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre fatos e opiniões. Compreender o propósito do autor ajuda o leitor a interpretar o texto de maneira contextualizada, captando suas intenções comunicativas.

A habilidade de identificar informações implícitas permite ao leitor ir além da superfície do texto, captando significados escondidos ou sugeridos. Por fim, a capacidade de fazer a distinção entre fato e opinião é crucial para a formação de leitores críticos, capazes de avaliar a veracidade e a objetividade de um texto.

Essas habilidades são fundamentais para a construção de uma leitura ativa e reflexiva, onde o leitor não é apenas um receptor passivo de informações, mas um participante ativo no processo de interpretação e construção de sentido. Ao dominar essas ferramentas, o leitor torna-se capaz de extrair o máximo de significado de um texto, participando de maneira mais consciente e crítica no diálogo com a informação escrita.

Ao escrever, é essencial considerar a situação de escrita proposta. Existem inúmeras situações de comunicação, e seu texto pode se organizar de diferentes maneiras, dependendo do contexto e do objetivo comunicativo.

Há casos em que a linguagem é empregada de forma mais convencional. Por exemplo, ao ensinar alguém a preparar um bolo, a linguagem geralmente se apresenta como uma receita.

Se o propósito for promover ou vender um produto, utilizamos anúncios publicitários. Já se a intenção é informar a população sobre um acontecimento, recorreremos à notícia. Em outras palavras, a variedade de situações de comunicação resulta em diferentes maneiras de utilizar a linguagem.

Existem aquelas situações que se constituem por elementos verbais (representados pela imagem de um livro, uma pena e papel), outras por elementos visuais (como a câmera fotográfica, a paleta com pincel, e as máscaras do teatro mudo), outras ainda pelo elemento vocal (ilustradas por notas musicais e instrumentos), e também aquelas que integram esses três tipos de linguagem (como o cinema e o teatro). Em cada uma dessas situações, a linguagem assume formas e conteúdos específicos e característicos.

Esses tipos de textos que usamos frequentemente em nosso dia a dia, conforme as variadas situações comunicativas, são chamados de gêneros textuais. Eles se referem à forma como a língua se organiza nos textos nas interações sociais.

Com o passar do tempo, diferentes gêneros foram desenvolvidos em função das diversas situações socioculturais e comunicativas. Cada um possui uma organização particular da linguagem, com um conteúdo (assunto) característico da respectiva situação comunicativa, podendo ser mais aberto ou mais restrito ao estilo (marca pessoal) do autor.

Vale ressaltar que um texto não precisa se limitar a um único gênero textual, embora geralmente um deles prevaleça. Textos, tanto orais quanto escritos, que têm o propósito de estabelecer algum tipo de comunicação, possuem características básicas que permitem identificar seu gênero textual. Entre essas características estão o tipo de assunto abordado, quem é o emissor, quem é o receptor, a finalidade do texto, e o tipo de texto (se é narrativo, argumentativo, instrucional, etc.).

► Distinguindo

Há diferentes nomenclaturas [O gênero textual também pode ser chamado de gênero discursivo. Essa variação ocorre conforme a perspectiva teórica adotada: uma ênfase questões ideológicas e sociais discursivas, enquanto a outra se concentra mais na forma. Neste momento, não vamos aprofundar essa distinção.] relacionadas aos gêneros, mas nem todas significam a mesma coisa.

É fundamental diferenciar o que é gênero textual, gênero literário e tipo textual. Cada uma dessas classificações está relacionada aos textos, mas possuem significados totalmente distintos. A seguir, veja uma breve explicação sobre o que são gênero literário e tipo textual:

▪ **Gêneros Textuais:** referem-se às formas de estruturação dos textos conforme as diferentes situações de comunicação. Eles podem surgir em diversos contextos comunicativos (literário, jornalístico, digital, judiciário, entre outros). Exemplos de gêneros textuais incluem: romance, conto, receita, notícia, bula de remédio.

▪ **Gênero Literário:** trata-se dos gêneros textuais nos quais a forma, o estilo autoral e a organização da linguagem possuem uma preocupação estética. Eles são classificados conforme sua estrutura, podendo ser do gênero lírico, dramático ou épico. Pode-se dizer que todo gênero literário é um gênero textual, mas nem todo gênero textual é um gênero literário.

LÍNGUA INGLESA

CONHECIMENTO E USO DAS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA LINGUAGEM INGLESA

O domínio da língua inglesa não se limita apenas ao conhecimento de regras gramaticais e ao vocabulário formal ensinado nos livros didáticos. Com a rápida evolução da sociedade e da tecnologia, a linguagem inglesa também tem passado por mudanças significativas. As formas contemporâneas da língua são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo cultura pop, mídias sociais, avanços tecnológicos e globalização. Vamos explorar esses elementos e entender como o inglês moderno se difere em muitos aspectos do inglês “tradicional”.

Influência da Cultura Pop e Mídias Sociais

As músicas, filmes, séries de televisão e redes sociais têm um impacto significativo sobre como a língua inglesa é usada hoje em dia. Por exemplo, termos como “ghosting” (ignorar alguém intencionalmente) ou “FOMO” (Fear of Missing Out; medo de ficar por fora) são produtos diretos da cultura contemporânea.

Abreviações e Neologismos

Em um mundo acelerado e digitalizado, a eficiência muitas vezes dita as regras da comunicação. Isso é evidenciado pelo uso frequente de abreviações como “IDK” (I Don’t Know; eu não sei) ou “BRB” (Be Right Back; já volto). Neologismos, ou novas palavras, também surgem continuamente para descrever novos conceitos ou fenômenos, como “webinar” (uma combinação de web e seminar; seminário na web) ou “meme” (uma ideia ou comportamento viral).

Flexibilidade Gramatical

Embora as regras gramaticais não tenham mudado drasticamente, há uma crescente aceitação de formas mais flexíveis e menos formais em contextos não acadêmicos ou profissionais. Por exemplo, a duplicação de intensificadores como em “very very good” ou o uso de “they” como um pronome singular de gênero neutro.

A Globalização e Variações Regionais

O inglês não é mais apenas uma língua do mundo ocidental. Ele é falado globalmente e, conseqüentemente, absorveu várias palavras e expressões de outras línguas e culturas. Além disso, diferentes regiões têm suas próprias variações do inglês, como o “Hinglish” na Índia, que é uma mistura de inglês com hindi.

A Importância de Se Adaptar

Manter-se atualizado com as formas contemporâneas da língua inglesa é crucial, especialmente para os profissionais e estudantes que desejam se comunicar eficazmente em um

ambiente globalizado. Isso não significa abandonar o conhecimento do inglês formal, mas sim complementá-lo com o domínio de formas mais atuais e contextuais.

A Dinamicidade do Inglês Contemporâneo

O inglês contemporâneo é uma entidade viva e em constante evolução. Sua riqueza não reside apenas em sua gramática e vocabulário estabelecidos, mas também em sua capacidade de se adaptar e crescer em resposta às mudanças na sociedade e na tecnologia.

Compreender e utilizar as formas contemporâneas da língua não é apenas uma habilidade útil, mas também um passo necessário para se tornar verdadeiramente proficiente e contextualmente sensível em inglês. O domínio dessas formas modernas permite uma comunicação mais rica, mais precisa e mais eficaz, tornando-se um componente indispensável para qualquer pessoa séria sobre a aprendizagem e o uso do inglês no mundo atual.

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VARIADOS: DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS, EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS, RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS

A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo):** composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo):** formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (*idiomatic expressions*), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (*grammar structures*) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (*verb tenses*), vozes ativa e passiva (*active and passive voice*), uso de modais (*modal verbs*), estruturas condicionais (*conditional sentences*) e conjunções (*conjunctions*) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma *third conditional sentence*, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.

RELAÇÕES INTRATEXTUAIS: COESÃO E COERÊNCIA NO TEXTO

As relações intratextuais referem-se à maneira como as ideias e informações estão conectadas dentro do próprio texto. Isso envolve mecanismos de coesão e coerência, que garantem a fluidez da leitura e a clareza das ideias.

A coesão textual é construída por meio de elementos linguísticos que criam ligações entre frases, parágrafos e seções do texto. Os principais recursos de coesão incluem:

- **Conjunctions and linking words (conjunções e palavras de ligação):** termos como “however,” “therefore,” “although,” “in addition” ajudam a estabelecer relações de causa e efeito, contraste, adição, etc.
- **Reference words (pronomes e expressões referenciais):** pronomes como “he,” “she,” “it,” “this,” “that” mantêm a continuidade do texto, referindo-se a elementos mencionados anteriormente.
- **Substitution and ellipsis (substituição e elipse):** permitem evitar repetições desnecessárias, substituindo termos ou omitindo partes do texto que são facilmente inferíveis.
- **Lexical cohesion (coesão lexical):** uso de sinônimos, antônimos e termos relacionados semanticamente para reforçar o tema e criar unidade no texto.

▪ Por exemplo, em um texto sobre o meio ambiente, termos como “pollution,” “contamination,” “environmental damage,” e “ecosystem degradation” criam coesão lexical ao abordar o mesmo campo semântico.

▪ A coerência textual, por sua vez, está relacionada ao sentido global do texto. Um texto coerente apresenta ideias organizadas de forma lógica, com progressão temática clara e relações de causa, consequência e temporalidade bem definidas. A coerência depende não apenas da estrutura do texto, mas também do conhecimento prévio do leitor, que deve ser capaz de relacionar as informações apresentadas com seus próprios conhecimentos e experiências.

▪ Por exemplo, ao ler um texto que começa com “Global warming has severe impacts on biodiversity” e continua explicando como o aumento da temperatura afeta espécies animais e vegetais, o leitor espera que o texto mantenha essa linha de raciocínio, apresentando exemplos, causas e possíveis soluções para o problema. Se o texto mudar abruptamente para um tema sem relação, a coerência será comprometida.

▪ Entender as relações intratextuais é fundamental para interpretar textos em inglês de forma eficaz, pois permite identificar como as informações estão organizadas e como cada parte contribui para o todo.

INTERTEXTUALIDADE NO PROCESSO DE LEITURA

A intertextualidade refere-se à relação entre diferentes textos. Trata-se da capacidade de reconhecer como um texto faz referência a outros textos, obras, eventos históricos, contextos culturais ou até mesmo a discursos sociais amplos. Esse fenômeno é comum em textos literários, jornalísticos, publicitários e acadêmicos, e sua identificação enriquece a interpretação do texto.

Existem diferentes formas de intertextualidade:

- **Citação direta ou indireta (quotation or paraphrase):** ocorre quando um texto menciona explicitamente outro, usando aspas ou reformulando uma ideia já conhecida.

RACIOCÍNIO LÓGICO- MATEMÁTICO E ESTATÍSTICA

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES. LÓGICA: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS, QUANTIFICADORES E PREDICADOS. FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS

A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos.

Agora, veremos os conteúdos necessários para aprimorar essa habilidade:

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

► Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$. Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.” Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

► Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: “João é engenheiro.”
- q: “Maria é professora.”

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

► **Classificação de Frases**

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

- **“O céu é azul.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **“Quantos anos você tem?”** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).
- **“João é alto.”** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).
- **“Seja bem-vindo!”** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).
- **“ $2 + 2 = 4$.”** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).
- **“Ele é muito bom.”** – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).
- **“Choveu ontem.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **“Esta frase é falsa.”** – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- **“Abra a janela, por favor.”** – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- **“O número x é maior que 10.”** – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
 - (B) Não sabemos os valores de x e y , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
 - (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
 - (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
 - (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- Resposta: B.

CONTABILIDADE GERAL

CONTABILIDADE; CONCEITO, OBJETO, OBJETIVOS, CAMPO DE ATUAÇÃO E USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Conceito

Contabilidade é a ciência social que registra fenômenos financeiros e econômicos que estão atrelados com PATRIMÔNIO (bens, direitos e obrigações) da entidade (pode ser pessoa física ou jurídica; exemplo: empresa, organização ou cia).

Tem como objetivo gerar relatórios com interpretação das mudanças que ocorreram com o patrimônio da empresa e auxiliar na tomada de decisões dos usuários.

Objetivo

O objetivo da Contabilidade é estudar e compreender o patrimônio, que é formado por:

- BENS: prédios, veículos, máquinas, estoque, etc;
- DIREITOS: contas a receber (exemplo, cliente que efetua o pagamento) que pode ser de curto ou longo prazo;
- OBRIGAÇÕES: contas a pagar (exemplo, boletos de fornecedores, empréstimos) que são em curto ou longo prazo;

E com identificação das alterações do patrimônio, expor os dados aos usuários ligados à entidade (internos e externos) para desenvolver objetivos para a organização.

Finalidade

A contabilidade tem por finalidade organizar, analisar e mensurar a riqueza da empresa. Com coleta e registro das mudanças do patrimônio, é possível visualizar o desenvolvimento da organização junto ao mercado.

Além de acompanhar os resultados, compreendendo os dados financeiros é possível a tomada de decisão pelos usuários da entidade. Com o atual cenário econômico, a contabilidade passou a ser um importante direcionador de estratégias definindo diretrizes a serem tomadas pelas empresas.

Usuários

Com as informações contábeis analisadas e registradas, os dados para criação de medidas ficam adequados para os usuários **internos** e **externos**. Que são:

Internos: são aqueles que estão ligados diretamente à empresa, que precisam acompanhar o crescimento, rentabilidade, verificar a criação de projetos. Com os dados, os usuários internos podem saber o melhor momento de expansão da empresa, como criação de filial; aumentar folha de pagamento; aumento ou diminuição dos lucros. São eles:

- Sócios e proprietários;
- Acionista;

- Empregados;
- Administradores.

Externos: esses usuários costumam analisar qual a situação da empresa no mercado, eles procuram saber quais as condições financeiras da empresa, se a mesma tem capacidade de cumprir com suas obrigações para realizar operações de crédito (score) e se está em dia com suas obrigações tributárias. Resumindo, os usuários externos precisam saber se a empresa está cumprindo com os seus compromissos para que assim possam negociar. São eles:

- Concorrentes;
- Bancos;
- Fornecedores;
- Governo; e
- Investidores.

Funções da Contabilidade

As principais funções na contabilidade é:

- Registrar os fatos ocorridos identificado na escrituração em livros contábeis;
- Organizar e adequar o sistema para a empresa, exemplo: arquivamento de documentos físicos ou eletrônicos;
- Demonstrar, expor por meio de relatórios a situação econômica, com base nos dados adquiridos no registro, como por exemplo, elaborar balanço das contas contábeis;
- Analisar as demonstrações com finalidade de apuração de resultado, por exemplo, análise do balanço patrimonial;
- Acompanhar o planejamento financeiro definido após análise dos resultados. Normalmente, uma equipe fica responsável por controlar o desempenho dos eventos financeiros, verificando se os planos estabelecidos estão sendo cumpridos e se existe necessidade de ajustes.

Princípios Contábeis

A contabilidade é o estudo das mudanças econômicas que acompanham as alterações do mercado, é definida como ciência social, para manter confiabilidade e segurança sobre estes estudos surgem os Princípios Fundamentais da Contabilidade.

Resumindo, os princípios são como “leis” que regulamentam os conhecimentos técnicos, nenhum órgão (como Banco Central, Receita Federal ou Comitê de Pronunciamentos Contábeis) pode ultrapassá-las.

Os princípios contábeis foram elaborados pela Resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 750, de 29/12/1993 (posteriormente alterado pela Resolução nº 1282/2010), e nº 774, de 16/12/1994. São eles:

AMOSTRA

- **Princípio da Entidade:** reconhece que o patrimônio da empresa é independente dos patrimônios dos sócios. Objetivo é diferenciar as contas da pessoa física, no caso dos proprietários, das contas da pessoa jurídica (entidade).
- **Princípio da Continuidade:** determina a continuidade das atividades da entidade, considerando as mudanças patrimoniais, classificando e avaliando de forma quantitativa e qualitativa. Por exemplo, é a confirmação que a contabilidade usa para manter os registros atualizados das mutações financeiras durante o tempo de vida da entidade.
- **Princípio da Oportunidade:** afirma que os registros financeiros devem ser computados no mesmo tempo que são realizados.

Exemplo:

Empresa fez compra de matéria prima no dia 25/04/2021 no valor de R\$50.000,00. Essa movimentação deve ser lançada no livro:

Data: 25/04/2021 **D** - Estoque

C - Banco 50.000,00

Obs.: D – DÉBITO
C – CRÉDITO

- **Princípio do Registro pelo valor Original:** considera os registros dos verdadeiros valores dos componentes do patrimônio fiéis às transações e configura em moeda nacional.

Usando o exemplo acima, no momento de registrar o valor da compra correto, identificar os descontos, e no caso de moeda estrangeira, deve realizar a conversão para moeda do país.

- **Princípio da atualização monetária:** este princípio estabelece que os valores originais do patrimônio devam sempre ser atualizados, e utilizando indicadores econômicos para ajustar conforme moeda nacional.
- **Princípio da Prudência:** procurar medidas aceitáveis e que não sofram grandes impactos no patrimônio, seria necessária cautela para que as ações realizadas não prejudiquem o Patrimônio Líquido da empresa. Exemplo, controlar os gastos mensais para que isso não interfira no lucro no fechamento do balanço.

Todos esses princípios têm a intenção de ajudar o contabilista a guardar informações ligadas à entidade. Portanto, o contador seguindo esses princípios auxilia os gestores e sócios na realização de tomadas de decisão mantendo segurança financeira, realizando atividades dentro da conduta ética do profissional de contabilidade.

Patrimônio

Patrimônio é conjunto de bens, direitos e obrigações de uma empresa. Bens e direitos são denominados como **ATIVO** e as obrigações denominadas **PASSIVO**, junto com o passivo está incluso o **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**.

- Ativos

Onde constitui os direitos e bens da empresa e é identificada no lado esquerdo do **Balanço Patrimonial**.

Os bens são classificados como Tangíveis (que são materiais), exemplo: carro, computador; e bens Intangíveis (não são materiais), exemplo: no hall, marcas e patentes.

Direitos é tudo que é de direito da empresa, exemplo, é direito da empresa receber seus dividendos, manter conta bancária e tudo aquilo que pode ser mensurado.

No ativo é identificado as seguintes contas:

- Caixa;
- Banco;
- Estoque;
- Duplicatas a receber;
- Imobilizado.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO E DAS ORGANIZAÇÕES

PRINCIPAIS ABORDAGENS DA ADMINISTRAÇÃO (CLÁSSICA ATÉ CONTINGENCIAL)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

1. Abordagem Clássica: que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.

2. Abordagem Humanística: que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.

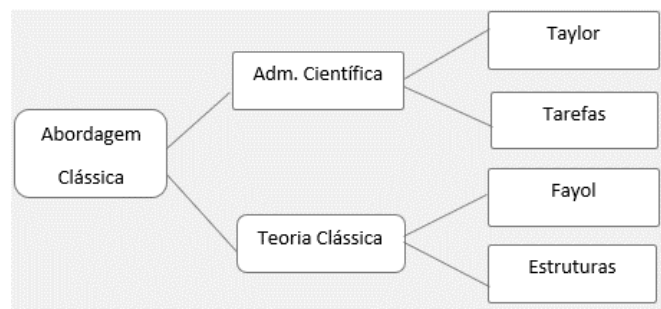
3. Abordagem Neoclássica: que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).

4. Abordagem Estruturalista: que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.

5. Abordagem Comportamental: que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).

6. Abordagem Sistêmica: centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.

7. Abordagem Contingencial: que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.



► Origem da Abordagem Clássica

- 1 — O crescimento acelerado e desorganizado das empresas:
 - Ciência que substituiu o empirismo;

- Planejamento de produção e redução do imprevisto.
- 2 — Necessidade de aumento da eficiência e a competência das organizações:

- Obtendo melhor rendimento em face da concorrência;
- Evitando o desperdício de mão de obra.

► Abordagem Científica – ORT (Organização Racional do Trabalho)

- Estudo dos tempos e movimentos;
- Estudo da fadiga humana;
- Divisão do trabalho e especialização;
- Desenho de cargo e tarefas;
- Incentivos salariais e premiação de produção;
- Homo Economicus;
- Condições ambientais de trabalho;
- Padronização;
- Supervisão funcional.

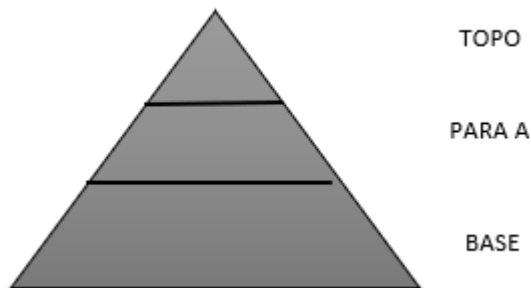
▪ **Aspectos da conclusão da Abordagem Científica:** A percepção de que os coordenadores, gerentes e dirigentes deveriam se preocupar com o desenho da divisão das tarefas, e aos operários cabia única e exclusivamente a execução do trabalho, sem questionamentos, apenas execução da mão de obra.

- Comando e Controle: o gerente pensa e manda e os trabalhadores obedecem de acordo com o plano.
- Uma única maneira correta (the best way).
- Mão de obra e não recursos humanos.
- Segurança, não insegurança. As organizações davam a sensação de estabilidade dominando o mercado.

► Teoria Clássica

- Aumento da eficiência melhorando a disposição dos órgãos componentes da empresa (departamentos);
- Ênfase na anatomia (estrutura) e na fisiologia (funcionamento);
- Abordagem do topo para a base (nível estratégico tático);
- Do todo para as partes.

AMOSTRA



Diferente do processo neoclássico, na Teoria Clássica temos 5 (cinco) funções – POC3:

- Previsão ao invés de planejamento: Visualização do futuro e traçar programa de ação.
- Organização: Constituir a empresa dos recursos materiais e social.
- Comando: Dirigir e orientar pessoas.
- Coordenação: Ligação, união, harmonizar todos os esforços coletivamente.
- Controle: Se certificar de que tudo está ocorrendo de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.

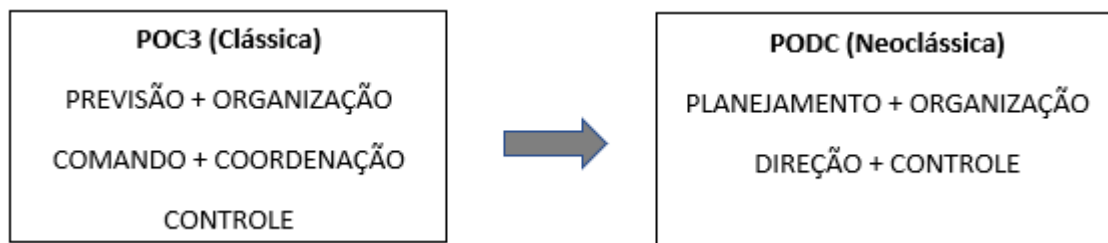
► Princípios da Teoria Clássica

- Dividir o trabalho;
- Autoridade e responsabilidade;
- Disciplina;
- Unidade de comando;
- Unidade de direção;
- Subordinação dos interesses individuais aos gerais;
- Remuneração do pessoal;
- Centralização;
- Cadeia escalar;
- Ordem;
- Equidade;
- Estabilidade do pessoal;
- Iniciativa;
- Espírito de equipe.

A Abordagem Clássica, junto da Burocrática, dentre todas as abordagens, chega a ser uma das mais importantes.

► Abordagem Neoclássica

No início de 1950 nasce a Teoria Neoclássica, teoria mais contemporânea, remodelando a Teoria Clássica, colocando novo figurino dentro das novas concepções trazidas pelas mudanças e pelas teorias anteriores. Funções essencialmente humanas começam a ser inseridas, como: Motivação, Liderança e Comunicação. Preocupação com as pessoas passa a fazer parte da Administração.



FLUÊNCIA EM DADOS

CONCEITOS, ATRIBUTOS, MÉTRICAS, TRANSFORMAÇÃO DE DADOS. ANÁLISE DE DADOS. AGRUPAMENTOS. TENDÊNCIAS. PROJEÇÕES

DADOS

Os dados representam informações que podem ser armazenadas, manipuladas e analisadas por sistemas computacionais. Eles podem ser numéricos, textuais, booleanos, imagens, vídeos ou qualquer outra forma de informação digital. Dados isolados não possuem significado, mas, quando organizados e interpretados, tornam-se informações.

Tipos de Dados

- **Estruturados:** organizados em um formato fixo, como tabelas de bancos de dados.
- **Semiestruturados:** possuem alguma organização, mas não seguem um formato fixo, como arquivos XML e JSON.
- **Não estruturados:** sem um formato predefinido, como imagens, áudios e vídeos.

Atributos de Dados

Os atributos são as características ou propriedades de um dado. Eles descrevem os elementos dentro de um conjunto de dados. Tipos de Atributos:

- **Nominais:** categóricos sem ordem específica (exemplo: cores, nomes de cidades).
- **Ordinais:** categóricos com uma ordem definida (exemplo: pequeno, médio, grande).
- **Numéricos:** Podem ser discretos (valores contáveis), como número de alunos em uma sala, ou contínuos (valores dentro de um intervalo), como altura ou peso.

Métricas de Dados

As métricas são medidas utilizadas para avaliar conjuntos de dados. Algumas das principais são:

- **Médias Estatísticas:** média, mediana e moda.
- **Dispersão:** variância, desvio padrão e amplitude.
- **Correlação:** mede a relação entre dois conjuntos de dados.
- **Integridade:** verifica se os dados estão completos e consistentes.
- **Qualidade:** avalia a precisão, confiabilidade e atualização dos dados.

Transformação de Dados

A transformação de dados é o processo de converter os dados em um formato adequado para análise e processamento. Algumas técnicas incluem:

- **Normalização:** Processo de ajuste de valores para um padrão comum. Exemplo: converter notas de diferentes escalas para uma mesma faixa (0 a 10).
- **Padronização:** Transforma os dados para que tenham uma distribuição estatística conhecida, geralmente com média zero e desvio padrão um.
- **Discretização:** Converte dados contínuos em categorias. Exemplo: converter idades exatas em faixas etárias (0-18, 19-35, 36-60, 60+).
- **Limpeza de Dados:** Identifica e corrige erros, como valores duplicados, ausentes ou inconsistentes.
- **Integração de Dados:** Combina informações de diferentes fontes para formar um único conjunto de dados coerente.

Análise de Dados

A análise de dados é o processo de explorar, resumir e interpretar dados para responder perguntas e apoiar decisões. Ela pode ser:

- **Descritiva:** mostra o que aconteceu (ex.: totais, médias, distribuição).
- **Diagnóstica:** investiga por que aconteceu (ex.: comparações e correlações).
- **Preditiva:** estima o que pode acontecer (ex.: modelos de previsão).
- **Prescritiva:** recomenda ações (ex.: simulações e otimização).

Agrupamentos (Clustering)

Agrupamentos são técnicas que organizam dados em grupos (clusters) com características semelhantes, sem necessidade de rótulos prévios. São usados para segmentação de clientes, identificação de perfis e detecção de padrões. Exemplos de abordagens incluem agrupamento por distância e agrupamento hierárquico.

Tendências

Tendências representam direções de mudança ao longo do tempo (crescimento, queda ou estabilidade). Podem ser identificadas por análises de séries temporais, comparação por períodos e suavização de variações (ex.: médias móveis), ajudando a entender comportamentos e padrões recorrentes.

Projeções

Projeções utilizam dados históricos para estimar valores futuros e apoiar planejamento. Podem considerar componentes como tendência e sazonalidade e devem ser acompanhadas por medidas de incerteza e erro (ex.: margem de erro), para tornar as estimativas mais confiáveis.

CONCEITOS DE ANALYTICS

ANALYTICS

O termo Analytics refere-se ao processo de coleta, análise e interpretação de dados para extrair informações e insights que ajudem na tomada de decisões. É uma área essencial em diversas disciplinas, como negócios, ciência de dados, saúde, tecnologia e marketing, pois permite identificar padrões, prever tendências e otimizar processos. O uso de analytics está diretamente relacionado à análise quantitativa de grandes volumes de dados, que podem ser estruturados ou não estruturados.

▶ **Tipos de Analytics**

Os diferentes tipos de analytics são classificados conforme sua função e nível de complexidade:

- **Análise Descritiva (Descriptive Analytics):** é o tipo mais básico e se concentra em entender o que aconteceu no passado. Utiliza ferramentas como relatórios e dashboards para apresentar uma visão clara de dados históricos.
- **Exemplo:** análise de vendas mensais.
- **Análise Diagnóstica (Diagnostic Analytics):** vai além da análise descritiva, buscando entender o porquê algo aconteceu. Emprega métodos de correlação e identificação de padrões para explicar as causas de determinados fenômenos ou tendências.
- **Análise Preditiva (Predictive Analytics):** foca em prever eventos futuros com base em dados históricos e algoritmos de machine learning e estatística.
- **Exemplo:** prever a demanda por um produto no próximo trimestre.
- **Análise Prescritiva (Prescriptive Analytics):** sugerir ações ou estratégias com base em modelos preditivos. A análise prescritiva usa simulações e otimizações para determinar a melhor linha de ação a seguir.
- **Exemplo:** recomendações de preço para maximizar lucros.
- **Análise Cognitiva (Cognitive Analytics):** usada em soluções avançadas, como a inteligência artificial, é capaz de aprender e se adaptar ao longo do tempo, incorporando processos de aprendizado de máquina para melhorar as decisões sem intervenção humana constante.

▶ **Principais Benefícios do Analytics**

- **Tomada de decisão baseada em dados:** proporciona maior precisão e confiança nas decisões, minimizando a dependência de suposições.

- **Identificação de padrões e tendências:** facilita a antecipação de comportamentos futuros, tanto em relação a clientes quanto em operações internas.
- **Melhoria de processos:** otimiza operações, resultando em maior eficiência e redução de custos.
- **Personalização:** em marketing, por exemplo, permite personalizar ofertas e comunicações com base no comportamento dos consumidores.
- **Inovação:** possibilita novas descobertas e insights que podem ser transformados em produtos, serviços ou modelos de negócios inovadores.

▶ **Ferramentas e Técnicas Usadas em Analytics**

- **Ferramentas de Visualização de Dados:** Power BI, Tableau e Google Data Studio ajudam a transformar dados complexos em gráficos e dashboards intuitivos.
- **Análise Estatística e Matemática:** utiliza técnicas como regressão, correlação e algoritmos preditivos.
- **Big Data:** envolve a coleta e análise de grandes volumes de dados que não podem ser processados por métodos tradicionais.
- **Machine Learning:** utilizado principalmente na análise preditiva e prescritiva para aprender com os dados e fazer previsões ou recomendações automáticas.

▶ **Aplicações de Analytics**

- **Marketing e Vendas:** segmentação de clientes, análise de campanhas e previsões de vendas.
- **Saúde:** detecção precoce de doenças e otimização de tratamentos.
- **Finanças:** avaliação de riscos e fraudes, otimização de carteiras de investimentos.
- **Manufatura:** monitoramento de desempenho de máquinas e previsão de manutenção.
- **Recursos Humanos:** análise de turnover, engajamento e desempenho de colaboradores.

Analytics representa um papel vital na era da informação, permitindo transformar dados brutos em insights valiosos e orientando a inovação em diversas áreas.

APRENDIZADO DE MÁQUINA. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Inteligência Artificial (IA) é um dos temas mais relevantes da atualidade na área da informática. Trata-se de um campo da ciência da computação que busca desenvolver sistemas capazes de realizar tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana, como raciocinar, aprender, tomar decisões e resolver problemas. O objetivo da IA é criar máquinas que possam simular ou reproduzir comportamentos inteligentes.

DIREITO TRIBUTÁRIO

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA; IMUNIDADES; CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Classificação

A doutrina majoritária classifica a competência tributária em:

▪ Competência Privativa

Refere-se à competência para criar impostos atribuída com exclusividade a um ente político. Os impostos tiveram sua competência para instituição definida pela CF de maneira privativa.

Assim, cabe privativamente a instituição dos seguintes impostos:

- A União: IR, II, IE, IOF, IPI, IEG, IGF, ITR, impostos residuais.
- Aos Estados e DF: IPVA, ITCMD, ICMS.
- Aos Municípios e DF: ISS, IPTU, ITBI.

A lista de impostos dos Estados, DF e Municípios é absolutamente exaustiva, não podendo instituírem quaisquer outros. Já a da União é exemplificativa, já que os impostos residuais permitem a criação de uma série de outros impostos por meio de lei complementar, inclusive permitindo a bitributação¹ e o *bis in idem*².

▪ Competência Tributária Comum

Ela é comum quando todos os entes federativos podem instituir os mesmos tributos, como por exemplo as taxas e contribuição de melhoria.

▪ Competência Tributária Cumulativa

Prevista no art. 147 da CF/88, refere-se à competência da União em instituir impostos estaduais nos Territórios, os Municipais, caso eles não sejam divididos em Municípios, e da competência do DF instituir os impostos municipais em seu território.

¹ Bitributação é um fenômeno do direito tributário que leva à tributação dupla de um mesmo fato gerador, realizada por dois entes diferentes. Ou seja: dois poderes públicos (União, estados e municípios, por exemplo) cobram um tributo do contribuinte sobre a mesma operação.

² O *bis in idem* é um fenômeno do direito que consiste na repetição (*bis*) de uma sanção sobre o mesmo fato (*in idem*). Ele pode ocorrer em diversas áreas do direito brasileiro, como no ramo do Direito Tributário, quando o mesmo ente tributante cobra um tributo do mesmo contribuinte sobre o mesmo fato gerador várias vezes. É importante destacar que o *bis in idem* não pode ser confundido com a bitributação, que ocorre quando entes distintos realizam a cobrança do mesmo tributo sobre um mesmo contribuinte.

CF, Art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.

▪ Competência Tributária Plena

A União poderá instituir e cobrar todos os tributos previstos na Constituição da República, em caso de criação de Território e não sendo este, subdividido em Municípios. Seria o único caso de competência tributária plena.

Entretanto, ela pode também, no caso de guerra externa ou sua iminência, exercer a bitributação e o *bis in idem*.

Exercício da competência tributária

O exercício do poder atribuído é uma faculdade, não uma imposição constitucional. Cada ente decide, de acordo com seus critérios de oportunidade e conveniência política, sobre seu exercício.

No entanto, importante ressaltar que constituem requisitos essenciais da responsabilidade fiscal, a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da federação (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, art. 11). Isso deve ser entendido com razoabilidade, já que se o tributo for antieconômico, não há como se entender pela obrigatoriedade de sua instituição.

Além disso, impôs a LRF a proibição de transferências voluntárias para os entes federados que deixem de instituir impostos de sua competência (art. 11, p. único).

Capacidade tributária ativa

A competência tributária se distingue da capacidade tributária ativa. A primeira é o poder, a aptidão de criar tributos, é legislar instituindo tributos, já a segunda diz respeito à capacidade de ser sujeito ativo da relação jurídica tributária.

A capacidade tributária ativa é a aptidão para ser colocado, por lei, na posição de sujeito ativo da relação tributária, ou seja, na posição de credor, com as prerrogativas que lhe são inerentes de fiscalizar o cumprimento das obrigações pelos contribuintes, lançar e cobrar os respectivos créditos tributários.

Apenas as pessoas jurídicas de direito público é que têm capacidade tributária ativa, podendo, pois, ser colocadas na posição de sujeito ativo de obrigações tributárias (art. 119 do CTN); aliás só as pessoas políticas de direito público desenvolvem atividade administrativa plenamente vinculada (art. 3º do CTN).

O sujeito ativo será o próprio ente político do qual a lei instituidora do tributo emana (posição esta que se presume) ou, se a lei expressamente designar, outras pessoas jurídicas de direito público, ou seja, uma autarquia ou uma fundação¹.

¹ PAULSEN, L. *Direito Tributário – Constituição e Código Tributário à Luz da Doutrina e da Jurisprudência*. 6ª ed. rev. e atual. Porto Alegre, 2004.

A capacidade tributária ativa é o poder de cobrar e fiscalizar o tributo; esta, ao contrário da competência tributária, é delegável a outras pessoas jurídicas de direito público. A delegação da capacidade tributária compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

Imunidade tributária

A imunidade ocorre quando a Constituição Federal impede os entes de tributar determinadas situações, isso ocorre quando da delimitação da competência.

Em termos simples, pode-se dizer que a imunidade é o impedimento constitucional de se tributar pessoas, coisas ou situações. Trata-se de hipótese de não incidência.

Difere da isenção porque essa é concedida por meio de lei e é exercício de competência, podendo ser definida como a dispensa legal do pagamento. Trata-se de hipótese de exclusão do crédito tributário, uma vez que impede a formação do mesmo.

Perceba-se que na isenção há o fato gerador abstrato e concreto, porém não haverá o lançamento, uma vez que exclusão impede sua feitura. Já na imunidade sequer há fato gerador abstrato, portanto não poderá haver sua realização e tampouco lançamento, isso porque a imunidade é uma limitação constitucional ao poder de tributar.

A isenção ocorre quando, o ente competente para instituir determinado tributo, resolve dispensar do pagamento certas pessoas e ou situações. É, portanto, uma faculdade daquele que detém a competência constitucional para instituir o tributo.

O rol de imunidades contidos nesse capítulo não é exaustivo, haja vista haver previsão de outras na Constituição Federal. Assim, sempre que a CF proibir a tributação de determinada situação ou pessoa, haverá imunidade.

Nem sempre a CF usa as expressões “imune”, “imunidade”. Muitas vezes as imunidades estão descritas com as seguintes expressões “não incidem”, “são isentos”.

Ainda que se utilize a expressão isenção, em se tratando de impedimento constitucional à tributação, haverá imunidade. Vejamos o art. 5º, LXXIII que a um só tempo é exemplo de imunidade constante fora do rol do art. 150 e exemplo de imunidade veiculada sob a expressão “isento”:

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Distinção entre imunidade, isenção e não incidência

Imunidade é um instituto que será regrado em âmbito constitucional, ou seja, a dispensa ao pagamento de tributo deve ser disciplinado na Constituição Federal. Isenção é uma dispensa legal, isso significa que a desobrigação ao pagamento decorrerá da lei.

Incidência tributária nada mais é do que a situação em que o tributo passa a ser devido por ter ocorrido o fato gerador. A hipótese de incidência tributária representa o momento abstrato, previsto em lei, hábil a deflagrar a relação-jurídico tributária¹.

Assim, numa leitura a *contrario sensu* a não incidência tributária, é a ausência do surgimento da relação jurídico-tributária em face da não ocorrência do fato gerador. Há três situações que caracterizam a não-incidência¹:

- 1 - Se dá quando o fato não se enquadra (não se subsume) ao campo material que se pretende correlacionar;
- 2 – Ocorre quando o fato não corresponde ao campo territorial próprio (incompetência territorial);
- 3 – Situação de “não incidência”, assim qualificados pela própria Constituição.

Imunidades em espécie

▪ Imunidade Recíproca

A Imunidade Recíproca está contida na CF, art. 150, IV, ‘a’, é cláusula pétrea, pois protege o pacto federativo. Proíbe que um ente tribute, por meio de imposto, a renda, o patrimônio e os serviços de outro.

Como essa regra só é aplicável aos impostos, fica permitido a tributação por meio das demais espécies tributárias. Deve-se observar o disposto no § 2º do mesmo dispositivo legal que estende a imunidade para as autarquias e fundações públicas, porém, diferentemente dos entes federados, esses órgãos somente terão imunidade se seu patrimônio, renda e serviços estiverem vinculados às suas finalidades essenciais.

O § 3º veda a aplicação das imunidades ao patrimônio, à renda e aos serviços das empresas ou sociedades que, embora tenham capital público, se sujeitam às normas de direito privado ou que haja contraprestação ou pagamento pelo usuário. Isso se deve ao fato de a própria Constituição proibir a concorrência desleal.

▪ Imunidade Religiosa

A Imunidade Religiosa se dá devido ao Brasil ser considerado um estado laico, assim, entendeu por bem o constituinte, não permitir que fossem cobrados impostos das instituições religiosas, visto que esse poderia ser um meio utilizado para dificultar ou até mesmo impedir o exercício de determinada religião.

Esse dispositivo deve ser interpretado em conjunto com o § 4º, de sorte que não somente o templo (prédio) seja imune, mas todo patrimônio, renda e serviços relacionados às atividades essenciais da instituição religiosa.

▪ Imunidade dos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Educacionais e Assistenciais sem fins lucrativos

Ao conferir imunidade aos partidos políticos, buscou o legislador constituinte proteger o pluralismo político, necessário para a manutenção da democracia. Já as entidades sindicais são imunes devido à necessidade de efetivar a liberdade de associação sindical, prevista constitucionalmente.

Para que as entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos gozem da imunidade precisam atender aos requisitos previstos em lei complementar, obedecendo ao disposto no art. 146, II, CF, além de estar em concordância com o art. 14 do CTN:

Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

¹ SABBAG, Eduardo. *Manual de Direito Tributário*. Saraiva.

¹ CASSONE, Vittorio, 1999, p.116.

DIREITO CONSTITUCIONAL

TEORIA GERAL DO ESTADO

ORIGEM, FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO ESTADO

► Formas pré-estatais de organização política

Antes do surgimento do Estado propriamente dito, os grupos humanos já apresentavam formas de organização social e política. Essas estruturas eram mais simples, baseadas em vínculos familiares, religiosos, econômicos ou militares, sem a presença de uma autoridade política institucionalizada nos moldes atuais. A convivência humana, desde as comunidades primitivas, exigia regras mínimas de conduta, formas de liderança e mecanismos de solução de conflitos, ainda que não existisse um poder soberano centralizado.

Nas sociedades tribais, por exemplo, a autoridade costumava estar associada à tradição, à força física, à idade, à experiência ou ao prestígio religioso. O chefe, o patriarca, o conselho de anciãos ou o líder guerreiro exerciam funções de comando, mas esse poder não se confundia com o Estado moderno, pois faltavam elementos como território juridicamente delimitado, soberania institucional e organização permanente do poder.

Principais formas pré-estatais

- **Família patriarcal:** organização baseada na autoridade do chefe familiar, responsável pela direção econômica, moral e religiosa do grupo.
- **Clã:** agrupamento de famílias ligadas por origem comum, real ou simbólica, com forte identidade coletiva.
- **Tribo:** reunião de clãs ou grupos familiares mais amplos, geralmente unidos por costumes, língua, religião e defesa comum.
- **Cidade antiga:** forma mais complexa de organização, já próxima da estrutura estatal, como ocorreu nas cidades gregas e romanas.

Essas formações demonstram que o Estado não surgiu de maneira repentina, mas como resultado de um longo processo de complexificação social. À medida que os grupos humanos cresceram, surgiram novas necessidades: defesa do território, organização da produção, controle de conflitos, criação de normas e definição de autoridades estáveis. Esse processo preparou o caminho para o surgimento das primeiras formas de Estado.

► Teorias sobre a origem do Estado

A origem do Estado é explicada por diferentes teorias. Nenhuma delas, isoladamente, esgota o fenômeno estatal, pois o Estado é resultado de fatores históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos. Ainda assim, essas teorias ajudam a compreender como a doutrina procurou justificar o nascimento do poder político organizado.

Teorias principais

- **Teoria naturalista:** entende que o Estado surgiu naturalmente da própria sociabilidade humana. O ser humano, por viver em sociedade, teria desenvolvido formas de organização política cada vez mais complexas.
- **Teoria contratualista:** sustenta que o Estado nasceu de um acordo entre indivíduos, que renunciaram a parte de sua liberdade para criar uma autoridade comum capaz de garantir ordem, segurança e proteção.
- **Teoria da força:** afirma que o Estado teria origem na dominação de grupos mais fortes sobre grupos mais fracos, especialmente por meio da guerra, conquista e imposição do poder.
- **Teoria econômica:** relaciona o surgimento do Estado à necessidade de organizar a produção, proteger a propriedade e administrar desigualdades sociais e econômicas.

Entre essas explicações, a teoria contratualista exerceu grande influência na formação do pensamento político moderno. Autores como Hobbes, Locke e Rousseau defenderam, cada um à sua maneira, que o Estado decorre de um pacto social. Para Hobbes, o Estado surge para evitar a violência generalizada; para Locke, para proteger direitos naturais, como vida, liberdade e propriedade; para Rousseau, para expressar a vontade geral e preservar a liberdade política.

► Evolução histórica do Estado

A evolução do Estado acompanha a transformação das sociedades. No Estado antigo, como nas civilizações egípcia, mesopotâmica, grega e romana, o poder político estava fortemente ligado à religião, à guerra e à estrutura social hierarquizada. Em muitos casos, o governante era visto como representante dos deuses ou como figura dotada de autoridade sagrada.

No período medieval, o poder político tornou-se fragmentado. A organização feudal enfraqueceu a ideia de autoridade central, pois senhores feudais exerciam poderes sobre seus domínios, muitas vezes de forma autônoma. O rei existia, mas nem sempre possuía controle efetivo sobre todo o território. A Igreja também desempenhava papel central, influenciando diretamente a vida política, jurídica e social.

O Estado moderno surge com a centralização do poder nas mãos do monarca, a definição mais clara de território, a formação de exércitos permanentes, a criação de burocracias

administrativas e a afirmação da soberania. Esse modelo permitiu superar a fragmentação medieval e consolidar a autoridade estatal. Mais tarde, com as revoluções liberais, especialmente a inglesa, a americana e a francesa, o Estado absolutista foi gradualmente substituído pelo Estado de Direito, limitado pela lei e pela Constituição.

No Estado contemporâneo, a preocupação não se limita à ordem e à segurança. O Estado passa a assumir funções sociais, econômicas e democráticas, buscando promover direitos fundamentais, reduzir desigualdades e assegurar participação popular. Assim, a Teoria Geral do Estado permite compreender que o Estado atual é resultado de um processo histórico contínuo, marcado por disputas, transformações institucionais e mudanças na concepção de poder.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ESTADO

► Povo, território e soberania

A existência do Estado depende da presença de elementos essenciais que permitem identificá-lo como uma organização política autônoma. Tradicionalmente, apontam-se três elementos constitutivos principais: povo, território e soberania. Sem esses componentes, não há Estado em sentido jurídico-político, mas apenas agrupamentos humanos, comunidades culturais ou formas incompletas de organização social.

O povo corresponde ao conjunto de pessoas juridicamente vinculadas ao Estado. Não se confunde com população, pois esta abrange todos os indivíduos que se encontram em determinado território, incluindo estrangeiros e pessoas em trânsito. O povo, em sentido jurídico, é formado pelos nacionais, isto é, pelas pessoas que mantêm vínculo político-jurídico com o Estado.

O território é a base física sobre a qual o Estado exerce seu poder. Abrange o solo, o subsolo, o espaço aéreo, as águas internas, o mar territorial e outros espaços reconhecidos pelo Direito. É no território que a ordem jurídica estatal se aplica de maneira predominante, permitindo ao Estado organizar sua administração, exercer autoridade e proteger sua integridade.

A soberania é o poder supremo do Estado. Internamente, significa que o Estado possui autoridade máxima dentro de seu território, não se subordinando a outro poder interno. Externamente, indica independência perante outros Estados, em uma relação de igualdade jurídica no plano internacional. A soberania, contudo, não deve ser compreendida como poder ilimitado, pois o Estado contemporâneo encontra limites na Constituição, nos direitos fundamentais e em compromissos internacionais assumidos validamente.

Elementos essenciais

- **Povo:** conjunto de nacionais vinculados juridicamente ao Estado.
- **Território:** espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade.
- **Soberania:** poder político supremo, independente e juridicamente organizado.

► Finalidade estatal

Além dos elementos clássicos, parte da doutrina também destaca a finalidade como elemento relevante para compreender o Estado. O Estado não existe apenas para concentrar poder, mas para realizar determinados fins coletivos. Em uma perspectiva constitucional contemporânea, sua atuação deve estar orientada à promoção do bem comum, à proteção da dignidade da pessoa humana, à garantia dos direitos fundamentais e à organização pacífica da convivência social.

A finalidade estatal varia historicamente. No Estado absolutista, predominava a conservação do poder monárquico e da unidade territorial. No Estado liberal, a finalidade central era limitar o poder e proteger liberdades individuais. No Estado social, acrescentou-se a preocupação com igualdade material, prestações públicas e intervenção estatal para reduzir desigualdades. No Estado Democrático de Direito, unem-se legalidade, participação popular, proteção de direitos e controle do poder.

No caso brasileiro, a Constituição Federal indica objetivos fundamentais da República no art. 3º, como construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e reduzir desigualdades. Isso demonstra que o Estado não pode ser entendido como estrutura neutra ou meramente administrativa, mas como organização voltada à realização de valores constitucionais.

Finalidades principais do Estado contemporâneo

- Garantir a ordem jurídica e a segurança coletiva.
- Proteger direitos fundamentais e liberdades públicas.
- Promover justiça social e reduzir desigualdades.
- Organizar institucionalmente o exercício do poder político.

► Distinções importantes

Para compreender corretamente a Teoria Geral do Estado, é indispensável distinguir Estado, povo, população e nação. Estado é a pessoa jurídica de direito público formada por povo, território e soberania. Povo é o conjunto de nacionais. População é o conjunto de pessoas que se encontram em determinado território em certo momento. Nação, por sua vez, tem sentido sociológico e cultural, referindo-se a um grupo humano unido por elementos como história, língua, tradições, costumes, religião ou sentimento de pertencimento.

Assim, pode existir uma nação sem Estado próprio, como ocorre com grupos que possuem identidade cultural comum, mas não dispõem de soberania política. Também pode existir Estado composto por várias nações ou grupos culturais distintos. Essa distinção é relevante porque o vínculo nacional não é sempre idêntico ao vínculo estatal. O Estado é conceito jurídico-político; a nação é conceito histórico-cultural.

Compreender esses elementos evita confusões frequentes. O Estado não é apenas o governo, pois o governo é apenas o conjunto de órgãos que exerce temporariamente a direção política. Também não se confunde com território, pois este é apenas sua base física. O Estado é uma instituição permanente, dotada de personalidade jurídica, poder soberano e finalidade pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS BÁSICOS

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um aco- plado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificado- res das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvania Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídi- co da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejam os:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
É um regime mais abrangente	É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público
Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

► Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que dire- cionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também po- dem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, pre- dispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obe- decerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/1988, sendo estes, os já mencionados princí- pios implícitos.

Princípios Expressos:

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejam os em apartado, cada um deles:

Legalidade:

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara ci- vil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar con- dutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.

Além disso, é dever da Administração rever seus próprios atos, e tal incumbência possui amparo no Princípio da autotute- la. Desse modo, a revisão dos atos que pratica, não depende de autorização ou de controle externo, tendo em vista que a própria Administração poderá fazê-lo por meio de revogação ou anula- ção. Vejam os:

- **Revogação:** trata-se de vício de mérito por conveniência e oportunidade e alcança apenas os atos discricionários.
- **Anulação:** trata-se de vício de legalidade e alcança todos os atos, sendo estes vinculados ou discricionários.

Sobre o assunto, determina a Súmula 473 do STF:

Súmula 473 - STF - "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Assim sendo, destaca-se que o Poder Judiciário só possui o condão de intervir em possíveis vícios de legalidade, mas não de mérito. Além disso, não existe na legislação administrativa, prazo para a revogação de atos. Todavia, de acordo com o art. 54 da Lei nº 9784/99, o direito da Administração de anular os atos admi- nistrativos de que decorram efeitos favoráveis para os

destinatários decaem em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Entretanto, caso o ato nulo tenha sido praticado mediante o uso de má-fé, não haverá prazo para sua anulação.

Impessoalidade:

Por meio da impessoalidade, deverá a Administração Pública agir objetivamente em favor da coletividade.

Salienta-se que os atos de pessoalidade são vedados, pois, o exercício da atividade administrativa é atribuição da Administração, haja vista a ela serem atribuídas todas as condutas dos agentes públicos.

São importantes aspectos do Princípio da Impessoalidade:

- **Não Discriminação:** não importa a pessoa que o ato administrativo irá alcançar, pois, a atuação do Estado deve ser de forma impessoal com a fixação de critérios objetivos.
- **Agente Público:** O agente público age em nome do Estado. Assim, não poderão constar nas publicidades os nomes de administradores ou gestores, sendo que as propagandas devem ser informativas e educativas, pois, o ato estará sendo praticado pela Administração Pública. Tal entendimento possui liame com a Teoria da Imputação Volitiva, por meio da qual, a vontade do agente público é imputada ao Estado.

▪ **OBS. Importante:** De acordo com a jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro, o princípio da impessoalidade é fundamento para fins de reconhecimento de validade dos atos praticados por “funcionário de fato”, que se trata daquele que não foi investido no cargo ou função pública de modo regular, tendo em vista que a conduta desse agente, que se encontra laborando de modo irregular na Administração Pública, é atribuída à pessoas jurídicas na qual ele está inserido e, por esse motivo, tal vício será convalidado/corrigido.

Moralidade:

Além da necessidade de as atividades da Administração estarem de acordo com a lei, é preciso que tais atuações sejam conduzidas com lealdade, ética e probidade, sendo que nesse caso, estará a moralidade se preocupando com a moralidade jurídica, e não a social.

A moralidade jurídica é concretizada através de mecanismos que o Estado cria para fiscalizar de modo mais eficaz as atividades de seus servidores. São exemplos: a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Ação Popular.

Ressalta-se que antes da edição da Súmula Vinculante nº13 do STF, o nepotismo, que se trata da nomeação de parente para ocupar cargo de confiança, já havia sofrido reprimenda da Resolução nº 7 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

Vejamos o que determina a Súmula Vinculante nº13 do STF: **Súmula Vinculante 13 STF:** “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta

em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

Sabendo-se que a prática do nepotismo é Contrária à moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas, tal prática foi recentemente condenada pela Súmula que reforça o caráter imoral e ilegítimo da nomeação de parentes para cargos em comissão, incluindo nesses casos, a modalidade cruzada ou transversa. Como exemplo, podemos citar o parente de Marcela que foi nomeado no gabinete de João em troca da nomeação de um parente de João no gabinete de Marcela.

Todavia, a edição da Súmula Vinculante 13 do STF, teve seu impacto positivo enfraquecido por causa de duas ocorrências, sendo elas as seguintes:

- Ao fazer referência explícita a parentes colaterais até o terceiro grau, a Súmula Vinculante acabou por legitimar a nomeação de primos; e
- Foi afirmado pelo próprio STF que a proibição não se estende a agentes políticos do Poder Executivo, tais como os ministros de Estado e secretários estaduais, distritais e municipais, pois, no entendimento do STF, a súmula se aplica apenas a cargos comissionados.

Publicidade:

É necessário que haja transparência no exercício das atividades exercidas pela Administração Pública. Via regra geral, os atos da Administração devem ser públicos. Contudo, há algumas exceções, como determinados interesses sociais, bem como as situações de foro íntimo.

Para que haja eficácia, é preciso que haja a publicidade dos atos administrativos, pois, com isso, haverá também, melhor controle das atividades administrativas pela própria sociedade.

Constitui exceção ao princípio da publicidade, o artigo 2º, Parágrafo Único, V da Lei nº 9784/99 que determina que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, sendo que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

Ademais, o artigo 5º, XXXIII da CFB/88 e o artigo 5º, X também da CFB, defendem que tais atos com caráter “sigiloso” devem ser compreendidos como exceções à regra geral do Princípio da Publicidade.

Vale ressaltar que de acordo com o artigo 5º, LXXII da CFB/88 e a Lei nº 9507/97, um dos principais remédios constitucionais que prevê a garantia do acesso às informações sobre a pessoa do impetrante, é o Habeas Data.

Por fim, é importante mencionar que a Súmula nº 6 do STF estabelece “desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração”. Logo, percebe-se que a intenção da Suprema Corte ao elaborar esta Súmula, foi a de preservar a intimidade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DA SEGURIDADE SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Seguridade Social é um sistema integrado de proteção social (saúde, assistência e previdência) previsto na Constituição de 1988, visando garantir mínimos sociais e dignidade humana. Diferencia-se da Previdência, que é um sub-ramo contributivo obrigatório para substituir a renda do trabalhador, por ser o “gênero” que engloba ações públicas e privadas

A Seguridade Social, nos termos do art. 194 da Constituição Federal, “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

A Seguridade Social engloba, portanto, um conceito amplo, abrangente, universal, destinado a todos que dela necessitem, desde que haja previsão na lei sobre determinado evento a ser coberto. É na verdade, o gênero do qual são espécies a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

A Previdência Social é um sistema contributivo obrigatório que visa proteger o trabalhador e sua família contra riscos como doença, invalidez, idade avançada e morte, substituindo a renda.

A Previdência Social, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se a única categoria de proteção social que requer contribuição dos segurados como condição para ampará-los.

É importante frisar que a Constituição estabelece no caput do art. 194 que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos fundamentais relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), muitos avanços ocorreram na seguridade social. A saúde passou a ser um dever do Estado e um direito de todos, independentemente de contribuição. É dever do Estado prestar assistência social às pessoas carentes, sem exigência de contribuição, como forma de assegurar o mínimo existencial, materializando o corolário da dignidade da pessoa humana. A Previdência Social tornou-se a única modalidade de proteção social que exige contribuição dos segurados, como condição para ampará-los de futuros infortúnios sociais e de outras situações que merecem amparo (riscos sociais).

Conforme estabelece o art. 201 da CF/1988, a Previdência Social atenderá, nos termos da lei: a) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; b) proteção à maternidade, especialmente à gestante; c) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; d) salário-família e

auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e e) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

A previdência social está organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e filiação obrigatória. Ademais, toda pessoa física que exerça alguma atividade remunerada será, obrigatoriamente, filiada ao Regime Geral de Previdência Social, exceto se esta atividade gerar filiação obrigatória a Regime Próprio de Previdência Social.

SEGURIDADE SOCIAL: ORIGEM E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL; CONCEITUAÇÃO; ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

ORIGEM E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL¹

► Conceituação²

No Brasil, a ideia de seguridade social iniciou-se com os “socorros públicos”, com disposição expressa na Constituição de 1824 (primeira previsão constitucional de atos securitários). Essas atividades eram desenvolvidas pela iniciativa privada, por meio das santas casas de misericórdia, a exemplo da Santa Casa da Misericórdia de Santos, em 1553.

No âmbito previdenciário, primeiramente surgiu o Montepio Geral dos Servidores do Estado (Mongeral), instituído em 1853, de caráter privado. Posteriormente, a Constituição brasileira de 1891 estabeleceu expressamente a aposentadoria por invalidez aos funcionários a serviço da nação.

Após a Constituição brasileira de 1891, surgiram instrumentos normativos infraconstitucionais importantes, tais como o Decreto nº 9.284/1911, que criou a Caixa de Pensões dos Operários da Casa da Moeda, e o Decreto nº 3.274/1919, que regulou as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho.

Na verdade, a previdência social brasileira foi implantada com a Lei Eloy Chaves, estabelecida pelo Decreto Legislativo 4.682/1923, que criou as chamadas Caixas de Aposentadoria e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias, contemplando os benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria ordinária (atualmente chamada de aposentadoria por

1 [AGOSTINHO, Theodoro. *Manual de Direito Previdenciário - 4ª Edição* 2026. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.18. ISBN 9788553623518. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623518/>. Acesso em: 11 mai. 2026.]

2 [SANTOS, Marisa Ferreira dos; LENZA, Pedro. *Direito Previdenciário - Coleção Esquemático - 15ª Edição* 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.9.]

tempo de contribuição), pensão por morte, bem como o benefício de assistência médica, todos eles custeadas por contribuições do Estado, dos empregadores e dos trabalhadores. Embora não tenha sido a primeira norma jurídica brasileira sobre matéria previdenciária, o dia 24/01/1923 - data de publicação da Lei Eloy Chaves - ainda hoje é comemorada pelo INSS como a data de aniversário da Previdência Social brasileira.

Seguridade Social – Origem

O Sistema de Seguridade Social foi introduzido no ordenamento brasileiro pela Constituição Federal de 1988. Tal sistema, segundo o art. 194 da CF, é composto de:

- Saúde;
- Previdência Social;
- Assistência Social.

Art. 194. *A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*

Saúde

A saúde pública se estabelece como um direito fundamental, sendo um serviço que concede suporte aos métodos preventivos e curativos de enfermidades que são demandas recorrentes da população. É dever do Estado prestar esses serviços de forma adequada e propícia à sociedade, pois a sua natureza jurídica se enquadra como serviço público gratuito, sendo realizado objetivamente pelo Poder Público ou delegado por ele. Dessa forma, as empresas privadas podem participar de maneira complementar ao SUS, desde que sigam de acordo com as diretrizes impostas pelas normas estatais.

Até então, ou seja, antes de 1988, a saúde era vinculada ao Instituto de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS.

- **ICA:** Os serviços prestados pelo INAMPS somente eram assegurados a quem contribuisse ativamente, ou seja, não era um direito universal, acessível a todo cidadão brasileiro.

Sistema Único de Saúde – SUS

A Constituição Federal de 1988 também instituiu o Sistema Único de Saúde – SUS, órgão financiado com recursos do orçamento da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com o art. 198 da CF, o Sistema Único de Saúde possui as seguintes diretrizes:

- I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;*
- II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;*
- III – participação da comunidade.*

Para as entidades da iniciativa privada é possível a atuação livre na área da saúde; no entanto, a Constituição Federal proíbe a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, permitindo apenas a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no Brasil nos casos previstos em lei.

Ademais, as instituições privadas, preferencialmente as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, através de contrato de direito público ou de convênios (art. 199, § 1º, da CF).

Art. 199. *A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Uma vez firmado contrato de direito público ou de convênio entre a instituição privada e o SUS, devem ser respeitadas todas as suas regras, princípios e diretrizes.

Previdência Social

A Previdência Social, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se a única categoria de proteção social que requer contribuição dos segurados como condição para ampará-los.

É dever da União assegurar o regime geral de previdência social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Assistência Social

É de responsabilidade do Estado fornecer assistência social às pessoas em situação de carência, sem a necessidade de contribuições prévias, com o objetivo de garantir o mínimo necessário para uma vida digna, em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana.

A Lei n. 8.742/93, conhecida como LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), estabelece as diretrizes para a organização da assistência social. De acordo com essa lei, é garantido um salário mínimo de benefício mensal, denominado Benefício de Prestação Continuada (BPC), a pessoas com deficiência e idosos com idade igual ou superior a 65 anos, desde que comprovem a falta de meios para prover sua própria subsistência ou obtê-la por meio de sua família.

Esse salário mínimo foi fixado, pelo Decreto n. 12.342, de 30 de dezembro de 2024, em R\$ 1.518,00 para o ano de 2025. Vejamos:

Art. 1º *A partir de 1º de janeiro de 2025, o valor do salário mínimo será de R\$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais).*

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO: PRINCÍPIOS E REGRAS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO IMPOSTO; FATO GERADOR; CONTRIBUINTE; BASE DE CÁLCULO; APURAÇÃO

ESTRUTURA CONSTITUCIONAL DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO

O Imposto sobre a Importação é um tributo de competência da União, previsto na Constituição Federal como instrumento relacionado ao comércio exterior e à política econômica do país. Sua principal função não é apenas arrecadatória, mas também regulatória, razão pela qual é classificado como um imposto de forte natureza extrafiscal. Isso significa que o governo pode utilizar o imposto para estimular ou restringir a entrada de produtos estrangeiros no território nacional, conforme os interesses econômicos, industriais e comerciais do país.

A Constituição Federal autoriza a União a instituir e regulamentar o Imposto sobre a Importação, conferindo ao Poder Executivo certa flexibilidade para alterar suas alíquotas sem a necessidade de aprovação de nova lei em cada modificação. Essa característica existe porque o comércio internacional sofre alterações rápidas e constantes, exigindo respostas igualmente rápidas do Estado. Assim, o Executivo pode elevar ou reduzir alíquotas para enfrentar situações econômicas específicas, como aumento excessivo das importações, proteção de determinados setores produtivos ou incentivo à entrada de certos produtos considerados estratégicos.

Entre as principais características constitucionais do Imposto sobre a Importação, destaca-se a exceção aos princípios da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal. Em regra, a maioria dos tributos somente pode ser cobrada no exercício financeiro seguinte à criação ou após determinado prazo da publicação da lei. Entretanto, o Imposto sobre a Importação pode ter suas alíquotas alteradas com aplicação imediata, justamente em razão de sua função regulatória e econômica.

Outro ponto importante é a relação do Imposto sobre a Importação com a política econômica e cambial do país. Quando o governo aumenta as alíquotas do imposto, os produtos estrangeiros tendem a ficar mais caros no mercado interno, reduzindo sua competitividade em relação aos produtos nacionais. Por outro lado, a redução das alíquotas pode facilitar a entrada de mercadorias importadas, aumentando a concorrência e ampliando a oferta de produtos no mercado brasileiro.

Mesmo possuindo características especiais, o Imposto sobre a Importação continua submetido aos princípios constitucionais tributários. O princípio da legalidade permanece aplicável, já que a criação do tributo depende de lei. O que a Constituição permite é que o Poder Executivo altere as alíquotas dentro dos limites definidos em lei. Também se aplicam princípios como isonomia

tributária, vedação ao confisco e segurança jurídica, embora a capacidade contributiva tenha incidência mais limitada nesse imposto, devido à sua finalidade predominantemente econômica e regulatória.

► Principais características constitucionais do Imposto sobre a Importação

O Imposto sobre a Importação possui características próprias que o diferenciam de diversos outros tributos do sistema tributário brasileiro. Essas particularidades estão diretamente relacionadas à sua função econômica e regulatória, permitindo que o Estado utilize o imposto como mecanismo de controle do comércio exterior e de proteção da economia nacional. Conhecer essas características é fundamental para compreender a lógica de funcionamento do tributo e identificar os pontos mais cobrados em provas:

- Tributo de competência da União
- Incide sobre a entrada de produtos estrangeiros no país
- Possui forte natureza extrafiscal
- Utilizado como instrumento de política econômica e comercial
- Permite alteração de alíquotas pelo Poder Executivo
- Não se submete à anterioridade anual
- Não se submete à anterioridade nonagesimal
- Relaciona-se diretamente com o comércio exterior

Essas características demonstram que o Imposto sobre a Importação não possui finalidade exclusivamente arrecadatória. Sua principal função está ligada à regulação econômica, permitindo ao governo agir rapidamente diante de alterações no cenário internacional e nas necessidades do mercado interno.

► Funções do Imposto sobre a Importação

O Imposto sobre a Importação desempenha diferentes funções dentro da economia e da administração pública. Embora gere arrecadação para o Estado, sua principal importância está relacionada à possibilidade de intervenção econômica, especialmente no controle da entrada de produtos estrangeiros no país.

- **Função arrecadatória:** relacionada à geração de receitas para os cofres públicos por meio da cobrança do imposto nas operações de importação.
- **Função extrafiscal:** utilizada para regular a economia e o comércio exterior, permitindo ao governo estimular ou restringir importações conforme os interesses econômicos do país.
- **Função protetiva:** voltada à proteção da indústria nacional, tornando determinados produtos importados menos competitivos em relação aos produtos fabricados internamente.

▪ **Função econômica:** relacionada ao controle do mercado e das relações comerciais internacionais, auxiliando no equilíbrio econômico e no gerenciamento das importações.

FATO GERADOR DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO

O fato gerador do Imposto sobre a Importação corresponde à entrada de produto estrangeiro no território nacional. Em termos gerais, significa o acontecimento previsto em lei que dá origem à obrigação tributária e autoriza a cobrança do imposto pela União. No caso do Imposto sobre a Importação, a legislação considera que o tributo surge em razão da importação de mercadorias estrangeiras destinadas ao consumo ou utilização no Brasil.

Apesar de a entrada física da mercadoria ser essencial, a legislação aduaneira e a jurisprudência (Súmula 661 do STF) estabelecem que o aspecto temporal do fato gerador ocorre no momento do registro da declaração de importação (seja a DI ou a nova DUIMP no Portal Único). É nesse momento que se define a alíquota e a taxa de câmbio aplicáveis. O desembaraço aduaneiro, por sua vez, representa a etapa final de liberação da mercadoria após a conferência da regularidade da operação.

O conceito de produto estrangeiro é importante para compreender a incidência do imposto. Considera-se estrangeira a mercadoria produzida fora do território nacional ou que ainda não tenha sido nacionalizada. Assim, produtos importados permanecem juridicamente como mercadorias estrangeiras até a conclusão dos procedimentos aduaneiros.

► Conceito de fato gerador

O fato gerador é a situação prevista em lei que cria a obrigação de pagar determinado tributo. No Imposto sobre a Importação, essa situação está diretamente relacionada à entrada de mercadorias estrangeiras no território nacional. Assim, quando um produto proveniente do exterior ingressa regularmente no país para consumo, utilização ou circulação econômica, pode ocorrer a incidência do imposto.

Além da chegada física do produto ao Brasil, a operação também depende do controle aduaneiro realizado pela Receita Federal. Nesse procedimento, são verificadas as exigências legais, documentais e tributárias aplicáveis à importação. O desembaraço aduaneiro possui papel fundamental nesse processo, pois representa a liberação formal da mercadoria importada após a conferência da regularidade da operação, sendo frequentemente utilizado pela legislação como referência prática para a cobrança do Imposto sobre a Importação.

Entrada da mercadoria e desembaraço aduaneiro

A simples chegada física da mercadoria ao país não encerra o procedimento de importação. Após ingressar no território nacional por portos, aeroportos ou pontos de fronteira, o produto ainda precisa ser submetido ao controle realizado pela Receita Federal, órgão responsável pela fiscalização aduaneira e tributária das operações de comércio exterior. A entrada física da mercadoria representa apenas uma das etapas do processo de importação.

Durante o controle aduaneiro, a autoridade fiscal realiza a verificação da regularidade da operação, analisando documentos, classificação fiscal, origem da mercadoria e demais exigências

previstas na legislação. Dependendo da natureza do produto importado, também podem ser exigidas autorizações específicas relacionadas a normas sanitárias, ambientais, administrativas ou de segurança. Esse procedimento busca garantir que a importação esteja em conformidade com as regras do comércio exterior brasileiro.

Após a conferência das exigências legais e o recolhimento dos tributos devidos, ocorre o desembaraço aduaneiro, procedimento que formaliza a liberação da mercadoria importada. Somente após essa etapa a mercadoria pode ser regularmente disponibilizada ao importador para utilização, comercialização ou circulação econômica no país.

Situações práticas de incidência do imposto

O Imposto sobre a Importação pode incidir em diferentes modalidades de entrada de mercadorias estrangeiras no país. A incidência não se limita apenas às grandes operações comerciais realizadas por empresas importadoras:

- Importações realizadas por empresas para revenda ou utilização econômica
- Compras internacionais realizadas por pessoas físicas
- Mercadorias transportadas por via aérea, marítima ou terrestre
- Produtos recebidos por remessas internacionais
- Bens trazidos do exterior sujeitos à tributação aduaneira

Em determinadas hipóteses, a legislação pode prever isenção, não incidência ou tratamento tributário diferenciado, especialmente em pequenas remessas, bagagens de viajantes e situações específicas previstas em lei.

Mercadoria estrangeira e mercadoria nacionalizada

Existe diferença entre mercadoria estrangeira e mercadoria nacionalizada, sendo essa distinção importante para a compreensão das regras aplicáveis ao comércio exterior e à tributação aduaneira. A mercadoria estrangeira é o produto proveniente do exterior que ainda não concluiu regularmente o processo de importação perante a autoridade aduaneira brasileira. Nessa situação, o produto permanece sujeito ao controle fiscal e às exigências previstas na legislação aduaneira.

Já a mercadoria nacionalizada corresponde ao produto importado que passou pelo desembaraço aduaneiro e teve os tributos devidos regularmente recolhidos. Após a conclusão desse procedimento, a mercadoria deixa de ser considerada apenas um produto estrangeiro sob controle aduaneiro e passa a integrar regularmente o mercado interno brasileiro.

A nacionalização produz importantes efeitos jurídicos e comerciais, permitindo que a mercadoria receba tratamento semelhante ao dos produtos nacionais em diversas situações. Por esse motivo, a diferenciação entre mercadoria estrangeira e mercadoria nacionalizada é frequentemente utilizada em questões relacionadas à incidência tributária, circulação de mercadorias e operações de comércio exterior.

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

JURISDIÇÃO ADUANEIRA: TERRITÓRIO ADUANEIRO; PORTOS, AEROPORTOS E PONTOS DE FRONTEIRA ALFANDEGADOS; ALFANDEGAMENTO; RECINTOS ALFANDEGADOS; ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

JURISDIÇÃO ADUANEIRA¹

A jurisdição aduaneira representa o poder do Estado em opor regras jurídicas sobre território específico.

São exemplos: atividades de fiscalização, controle e exigência de determinadas condutas dos indivíduos que nele se encontram.

Quem será submetido a jurisdição nacional?

Tantos os brasileiros quanto os estrangeiros que estiverem no país (dentro do nosso território), de forma que deverão cumprir todas as normas previstas pela legislação.

A lei que regulamenta a jurisdição aduaneira é o Decreto 6.759/2009 (conhecido como Regulamento Aduaneiro), trata-se de norma infralegal, cuja expedição cabe privativamente ao Presidente da República, por força do artigo 84, IV, da Constituição Federal (poder regulamentar).

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:
()
IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

Ainda que os Decretos não possuam força de lei, tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas devem respeitar o que ali consta.

O STF já firmou o entendimento de que as normas infralegais aduaneiras podem impor restrições com a finalidade de controle, a exemplo da proibição para a importação de pneus usados, conforme se observa da decisão a seguir:

A relatora (...) afastou (...) o argumento de que as restrições que o Brasil quer aplicar aos atos de comércio não poderiam ser veiculadas por ato regulamentar, mas apenas por lei em sentido formal. No ponto, reputou plenamente atendido o princípio da legalidade, haja vista que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tem como área de competência o desenvolvimento de políticas de comércio exterior e a regulamentação e execução das atividades relativas a este, sendo que

¹ [Lenza, Pedro. *Coleção Esquematizado*® – Comércio Internacional e Legislação Aduaneira / Pedro Lenza, Roberto Caparroz ; coordenado por Pedro Lenza. – 10. ed. – [2. Reimp.] São Paulo : Saraiva Jur, 2026.]

as normas editadas pelo seu Departamento de Comércio Exterior — DECEX, responsável pelo monitoramento e pela fiscalização do comércio exterior, seriam imediatamente aplicáveis, em especial as proibitivas de trânsito de bens, ainda não desembaraçados, no território nacional. Citou diversas normas editadas pelo Decex e Secex que, segundo jurisprudência da Corte, teriam fundamento direto na Constituição (art. 237) (ADPF 101, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 11-3-2009, Plenário, Informativo 538).

Caso esse assunto seja tema da sua prova, entenda que consta pacificado no Supremo Tribunal Federal.

► Território Aduaneiro

O conceito de “território aduaneiro” não deve ser confundido com “território nacional”. Analise o quadro abaixo para entender melhor a diferença entre ambos:

TERRITÓRIO NACIONAL	TERRITÓRIO ADUANEIRO
Corresponde aos limites geográficos de determinado país. Indica, acima de tudo, um dos elementos fundamentais do Estado, vale dizer, a área, politicamente definida, em relação à qual este exerce soberania.	Indica a área, juridicamente definida, dentro da qual subsiste uma única ordem aduaneira, independente de quaisquer indagações sobre os limites geográficos do país.

Detalhando melhor, o território aduaneiro é a porção territorial protegida por um único sistema aduaneiro, que condiciona às suas regras todas as entradas e saídas de pessoas, bens e veículos.

Esse sistema aduaneiro está envolto por uma membrana de normas jurídicas uniformes, que estabelecem igual tratamento para todas as importações e exportações ali realizadas.

► Portos, Aeroportos e Pontos de Fronteira Alfandegados

Os portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados são os locais onde, sob controle aduaneiro, são processadas as operações de importação e exportação, vale dizer, somente nesses locais poderá ser realizada a entrada ou a saída de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas.

Portos

Os portos alfandegados são as áreas pertencentes à União, exploradas diretamente ou mediante concessão, e autorizadas a operar no comércio exterior (exemplos: Porto de Santos, Porto de Vitória etc.).

Aeroportos alfandegados

Os aeroportos alfandegados no Brasil demoraram a ser privatizados, e só recentemente foram parcialmente transferidos à iniciativa privada, em razão da Copa do Mundo, muitas vezes em parceria administrativa com a INFRAERO, empresa pública pertencente à União e responsável pelo gerenciamento dos terminais de passageiros e cargas.

Pontos de Fronteira Alfandegados

Os pontos de fronteira alfandegados são os locais de fronteiras terrestres aptos a controlar o fluxo de veículos e pessoas que ingressam ou deixam o País, sob fiscalização da administração aduaneira (exemplo: entrada e saída de veículos, pessoas e mercadorias por Uruguiana, na fronteira com a Argentina — Paso de Los Libres).

▪ **Alfandegamento**

O 5.º do Regulamento Aduaneiro, aponta que somente nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados poderão ocorrer as seguintes operações, sempre sob controle aduaneiro:

- estacionar ou transitar veículos procedentes do exterior ou a ele destinados;
- ser efetuadas operações de carga, descarga, armazenagem ou passagem de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas; e
- embarcar, desembarcar ou transitar viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados.

O alfandegamento compreende a autorização, por parte da Receita Federal do Brasil (RFB), para estacionamento ou trânsito de veículos; embarque, desembarque, verificação de bens ou trânsito de viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados; movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias procedentes do exterior, ou a ele destinadas, inclusive sob regime aduaneiro especial; e movimentação e armazenagem de remessas postais internacionais, nos locais e recintos onde tais atividades ocorram sob controle aduaneiro.

O Ato Declaratório Executivo (ADE) que autoriza o alfandegamento é de competência do Superintendente da Receita Federal da região de jurisdição do porto, aeroporto ou ponto de fronteira interessado. O ADE deverá estabelecer seu prazo de vigência, os tipos de carga a serem movimentadas, as operações aduaneiras autorizadas, os regimes aduaneiros especiais habilitados, bem como as dispensas de requisitos e os compartilhamentos de equipamentos e instalações.

Em razão do natural risco de entrada ou saída irregular do território aduaneiro de pessoas e mercadorias nos pontos alfandegados, o controle sobre os veículos que circulam nessas áreas merece atenção especial.

Os veículos nacionais ou estrangeiros utilizados na logística do comércio exterior (inclusive o transporte de passageiros) somente poderão circular nas áreas restritas dos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados mediante prévia autorização, com a apresentação dos itinerários e dos procedimentos de carga, descarga, embarque e desembarque.

No mesmo sentido, o controle aduaneiro exige que todas as operações envolvendo mercadorias e pessoas destinadas ao exterior ou dele procedentes sejam realizadas em áreas dotadas de segurança física e jurídica, com a perfeita identificação dos responsáveis.

As empresas que atuam na movimentação e armazenagem de mercadorias, bem assim as responsáveis pelo transporte de passageiros, também possuem cadastro e autorização especial de funcionamento.

A armazenagem pode ser gratuita (em operações de trânsito ou passagem) ou remunerada, quando o responsável pelo recinto alfandegado exige dos usuários o pagamento de tarifas, normalmente em razão do valor das mercadorias ou período de permanência.

▸ **Recintos Alfandegados**

Com a necessidade da modernização da infraestrutura brasileira destinada ao comércio exterior, os recintos alfandegados, antigamente administrados pelo Estado, passaram a ser comercialmente explorados por empresas privadas, escolhidas mediante licitação.

Como sabemos, a logística do comércio internacional compreende, ainda, a utilização de vários meios de transporte, conhecidos como modais.

Cada espécie de transporte enseja um modal diferente, daí falar-se em modais aéreos, aquaviários (marítimo, fluvial e lacustre) e terrestres (rodoviário e ferroviário).

No intuito de controlar a atividade econômica dos empresários relacionados a cada setor, foram criadas, a partir da década de 1990, as agências reguladoras, autarquias especiais com autonomia administrativa e orçamento próprio.

As principais agências reguladoras relacionadas ao controle dos transportes são:

- Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ);
- Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT).

Cabe a elas, nos termos das respectivas leis instituidoras, as atribuições de habilitação ao tráfego internacional, condição indispensável para o alfandegamento.

A ANAC, entre outras competências, é responsável por outorgar concessões de serviços aéreos e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, além de regular as atividades de administração e exploração de aeródromos exercida pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO).



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!